



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第八屆立法會

第一立法會期（二零二五 – 二零二六）

第一組

第 VIII - 2 期

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

I Série

N.º VIII - 2

Data: 28 de Outubro de 2025

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 17 horas e 29 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito na Praça da Assembleia Legislativa, Aterros da Baía da Praia Grande, em Macau

Presidente: Cheong Weng Chon

Vice-Presidente: Ho Ion Sang

Primeiro-Secretário: Si Ka Lon

Segunda-Secretária: Lei Cheng I

Deputados presentes: Cheong Weng Chon, Ho Ion Sang, Si Ka Lon, Lei Cheng I, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng Jose, Leong On Kei, Ma Chi Seng, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei, Ip Sio Kai, Iau Teng Pio, Lam Lon Wai, Leong Sun Iok, Kou Kam Fai, Che Sai Wang, Leong Hong Sai, Lao Chi Ngai, Ngan Iek Hang, Lei Leong Wong, Vong Hou Piu, Leong Pou U, Lei Wun Kong, Chan Hao Weng, Lee Koi Ian, Lam Fat Iam, Ho Kevin King Lun, Chao Ka Chon, Wong Chon Kit, Wong Ka Lon, Kou Ngon Seng, Loi I Weng e Chan Lai Kei.

Ordem do Dia:

1. Projecto de simples deliberação do Plenário relativo à constituição da Comissão de Regimento e Mandatos;
2. Projecto de simples deliberação do Plenário relativo à criação, número, designação e composição das comissões permanentes;

3. Projecto de simples deliberação do Plenário relativo à criação, número, designação e composição das comissões de acompanhamento;
4. Eleição dos membros da Comissão Executiva.

Sumário:

Os Senhores Deputados Si Ka Lon, Leong Sun Iok, Lei Cheng I, Leong Pou U, Lam Lon Wai, Lei Leong Wong, Chan Lai Kei, Song Pek Kei, Kou Ngon Seng, Chao Ka Chon, Leong Hong Sai, Ngan Iek Hang, Chui Sai Peng Jose, Ip Sio Kai, Kou Kam Fai, Ma Chi Seng, José Maria Pereira Coutinho, Che Sai Wang, Lam Fat Iam, Leong On Kei, Lei Wun Kong, Wong Kit Cheng, Iau Teng Pio, Ho Kevin King Lun, Loi I Weng, Lee Koi Ian, Chan Hao Weng, Ho Ion Sang, Wong Ka Lon, Vong Hou Piu, Wong Chon Kit e Lao Chi Ngai proferiram, pela ordem mencionada, intervenções antes da ordem do dia. De seguida, o projecto de simples deliberação do Plenário relativo à constituição da Comissão de Regimento e Mandatos foi aprovado na generalidade e na especialidade; os projectos de simples deliberação do Plenário relativos à criação, número, designação e composição das comissões permanentes e das comissões de acompanhamento foram igualmente aprovados na generalidade e na especialidade. A Senhora Deputada Leong On Kei foi eleita Presidente da Comissão Executiva.

Acta:

Presidente: Boa tarde a todos, Senhores Deputados.

Vamos dar início à sessão.

Antes de começarmos, gostaria de relembrar que os serviços de apoio já distribuíram a todos o mapa de lugares, pelo que hoje ocupamos os lugares de acordo com esse mapa. Uma vez que o mapa está ligado ao sistema de votação, durante os próximos quatro anos, cada um de nós estará neste posto, neste lugar, e juntos faremos a nossa parte para contribuir para o trabalho da Assembleia e para o desenvolvimento de Macau. Concordam? Por outro lado, para alguns Deputados novos, incluindo eu próprio, é a primeira vez que utilizamos o sistema de votação da Assembleia. No entanto, na última ocasião, já realizámos um ensaio com todos, testámos o sistema, e hoje será a primeira vez que o utilizaremos oficialmente. Se todos se lembrarem, não haverá problema; se, entretanto, alguém se esquecer de como se usa, espero que os Deputados mais experientes possam dar uma ajuda e orientar os colegas. Está bem? Se não houver outras questões, vamos dar início formal à nossa reunião de hoje.

Em primeiro lugar, entramos na fase de intervenções antes da ordem do dia. Hoje, temos um total de trinta e duas intervenções agendadas. Começamos com a intervenção do Senhor Deputado Si Ka Lon.

Si Ka Lon: Obrigado, Senhor Presidente.

Boa tarde a todos, Caros Colegas.

O tema da minha intervenção de hoje é “Aproveitamento da conjuntura geral e concentração no principal para promover a economia de Macau para um novo patamar”.

Este é o ano em que termina o “14.º Plano Quinquenal” e se elabora o “15.º Plano Quinquenal”, sendo também o ano em que o novo Governo da RAEM e a Assembleia Legislativa cumprem as suas funções e continuam a progredir. Com os esforços da sociedade, a economia de Macau recuperou 87 por cento do nível de antes da epidemia. O Governo concentra-se na “luta pela economia” como tarefa principal e empenha-se na reforma da administração pública, para eliminar os obstáculos nos sistemas e mecanismos, e criaram-se seis grupos especializados para lançar medidas em prol da população e dos empresários, responder às preocupações da sociedade e mostrar novos compromissos e acções no âmbito legislativo e administrativo. Face aos factores, como o aumento da incerteza da economia mundial, o ambiente internacional complexo e mutável, a economia instável de Macau, a vontade de consumo dos residentes por recuperar, os desafios de negócio das PME, o ajustamento do mercado imobiliário e os riscos de crédito, os problemas estruturais da economia e do emprego mantêm-se, e as tarefas de desenvolvimento continuam pesadas.

Face à nova conjuntura, entendo que há que realizar os seguintes três pontos:

Primeiro, o desenvolvimento económico de Macau deve integrar-se na conjuntura global e articular-se com a estratégia de desenvolvimento do País, seguindo a segunda fase do planeamento da Zona de Cooperação Aprofundada; quanto à implementação das políticas industriais e à participação em concursos, há que relaxar os requisitos de tempo e qualificação para o acesso das empresas de Macau, otimizar a política de subsídio de emprego e aumentar a vontade de integração das empresas e dos residentes de Macau. Quanto à construção de uma plataforma de alto nível aberta ao exterior, há que reforçar as funções viradas para o exterior das marcas e empresas, desenvolver mais o novo espaço de cooperação regional e internacional, e fomentar uma nova dinâmica para a valorização das indústrias.

Segundo, o desenvolvimento económico deve focar-se nos pontos importantes. Enquanto se promove com todos os esforços as “quatro grandes indústrias”, é necessário racionalizar sistematicamente o rumo do desenvolvimento industrial, implementar políticas privilegiadas nas áreas prioritárias, e clarificar as perspectivas de desenvolvimento e os indicadores de desempenho faseados, a fim de abrir mais cenários de aplicação para o desenvolvimento industrial. Quanto à captação de investimentos, as empresas-alvo devem organizar visitas de grupos especializados, promover activamente a captação de negócios através da cadeia industrial e aproveitar o “regime de introdução de talentos”, para atrair capitais, reunir talentos e promover indústrias. É necessário promover mercados eficazes e conjugar esforços com o Governo, para alcançar novos avanços na diversificação adequada

da economia.

Terceiro, o desenvolvimento económico exige a aplicação de medidas com precisão. É necessário acelerar a resolução das questões de procedimentos complicados e prazos demasiado longos de aprovação dos pedidos, para garantir que a execução das políticas e a legislação correspondam às necessidades de desenvolvimento do sector, e também para criar canais diversificados de financiamento e de valorização industrial para as empresas. Sugere-se o lançamento, em conjunto com os comerciantes, de “Vales de Consumo dos Bairros Comunitários para Residentes e Visitantes”, dando início também à recolha de informações sobre os estabelecimentos comerciais e implementando medidas de orientação de consumo. A longo prazo, é necessário planear uma zona comercial comunitária, para revitalizar, de forma plena, as potencialidades e o dinamismo da economia comunitária.

O desenvolvimento económico exige esforços a longo prazo, e é necessário enfrentar os desafios, e também fortalecer a confiança. Espera-se que, sob a liderança do novo Governo, todos os sectores da sociedade trabalhem em conjunto, persistam no princípio de trabalhar para o longo prazo, e resolvam as dificuldades do desenvolvimento e as dores da reconversão económica. Pode-se assim criar uma nova situação de desenvolvimento de alta qualidade de Macau, com uma estrutura melhor, uma dinâmica mais forte e uma melhor tendência.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Leong Sun Iok.

Leong Sun Iok: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas:

O tema da minha intervenção de hoje é “Reforçar a interacção executivo-legislativo e promover boa governação conjunta”

A nova legislatura iniciou-se no dia 16 do corrente mês e aproveito a minha primeira intervenção no período de antes da ordem do dia para agradecer o apoio e a confiança da população e da nossa associação, para eu e a minha equipa participarmos na construção da sociedade e a servir a população através da Assembleia Legislativa, bem como, sob a liderança do Presidente da AL, trabalhar, em conjunto, com os colegas Deputados, em prol do País e da RAEM. Vou valorizar este ensejo, e com raiz na comunidade, vou empenhar-me na concretização das ideias e filosofias do programa político, e na promoção do desenvolvimento económico e da construção dum ambiente de trabalho e de vida agradável para os residentes.

Devido às mudanças e desafios sociais dos últimos anos, nomeadamente na economia, no emprego e na vida da população, recebi durante as eleições questões e opiniões de cariz social de muitos residentes. Com a divulgação, em breve, das LAG, espero que o Governo se inteire, através de vários meios e a vários níveis, da situação social e das necessidades dos residentes, e lance mais políticas e medidas de resposta, no sentido de, a par do desenvolvimento económico, melhorar a qualidade de vida da população.

Na minha opinião, quanto à promoção da diversificação adequada da economia, há que aproveitar bem as políticas e as oportunidades dadas pelo País, e reforçar o software e o hardware. Por exemplo, há que acelerar a urbanização e a construção da cidade inteligente, elevar a eficiência das obras; aperfeiçoar o trânsito, embelezamento e planeamento urbanístico; fazer bom uso dos terrenos e dos recursos sociais; otimizar os diplomas legais sobre o ambiente de negócios, para criar mais espaços de desenvolvimento para os trabalhadores locais e para as micro, pequenas e médias empresas; dar importância à formação de talentos, no sentido de fornecer recursos humanos para o desenvolvimento económico, e criar mais oportunidades de emprego de alta qualidade para os residentes, para assegurar “bons empregos para os residentes de Macau”.

Relativamente à vida da população, destacam-se em Macau problemas como a baixa taxa de natalidade, o desemprego estrutural e o envelhecimento populacional. Espero que o Governo reforce, no Relatório das LAG para o próximo ano, as políticas relativas ao emprego, à natalidade, aos cuidados de saúde, à educação e aos cuidados a idosos. Isto implica salientar o apoio ao emprego e o desenvolvimento dos jovens, ajuda aos grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência e indivíduos de meia-idade/idosos no acesso ao emprego, bem como a melhoria das políticas de apoio e incentivo à natalidade e o aperfeiçoamento e a salvaguarda dos serviços de apoio aos idosos. Tudo isto permite que os residentes melhorem a sua qualidade de vida num ambiente estável e sustentável.

Há dias, o Chefe do Executivo apresentou três propósitos aos Deputados da nova legislatura, nomeadamente, potenciar o papel de liderança da AL em termos políticos, na elaboração da legislação e na fiscalização, e como interlocutor fundamental. Apoiarei activamente este princípio, reconhecendo que a comunicação e a interacção eficazes entre os poderes executivo e legislativo são essenciais para melhorar a qualidade da legislação, promover a boa governação da sociedade e resolver, de forma pragmática, as contradições sociais profundamente enraizadas. Espero que o Governo se inteire, de forma mais profunda e realista, das condições sociais e das opiniões da população, fazendo o levantamento e aprofundado as questões alvo de preocupação dos residentes e respondendo, mediante acções pragmáticas, às expectativas dos cidadãos. Isso garantirá que as políticas, aquando da sua implementação, resolvem melhor os problemas e aumentam os sentimentos de felicidade, segurança e pertença dos residentes.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Senhora Deputada Lei Cheng I.

Lei Cheng I: Obrigada, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde.

O tema da minha intervenção de hoje é “Assegurar, em conjunto, o desenvolvimento de alta qualidade em prol do desenvolvimento económico e do bem-estar da população”

O mandato da oitava legislatura, oficialmente, já começou. Estendo os meus melhores votos a todos os colegas pelo seu trabalho. Agradeço o apoio e a confiança que os residentes depositaram em mim. Cumprirei conscienciosamente as minhas funções, ouvirei as opiniões da população e esforçar-me-ei por promover o desenvolvimento da RAEM e servir a sociedade.

A 4.^a Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, recentemente realizada em Pequim, destacou as mudanças profundas e complexas que o desenvolvimento da China enfrenta. A sessão plenária deliberou e aprovou as propostas para o 15.º Plano Quinquenal, delineando várias medidas estratégicas para promover um desenvolvimento de alta qualidade. Estas incluem estabelecer um sistema industrial moderno, estimular o dinamismo de toda a nação para a inovação, intensificar a garantia e a melhoria do bem-estar do povo, promover a prosperidade e a estabilidade de longo prazo nas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau, impulsionar a grande causa da reunificação da pátria, etc.

Este ano, Macau está a estudar a elaboração do “3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social da RAEM (2026-2030)”. Quanto à economia, entre Janeiro e Setembro de 2025, Macau registou mais de 181,3 mil milhões de patacas de receitas brutas do jogo, um aumento de 7,1 por cento em comparação com o período homólogo do ano passado, e recebeu 26,89 milhões de visitantes até Agosto, um aumento de 15 por cento em comparação com o mesmo período. Esses resultados económicos não foram fáceis de obter, mas, face à actual conjuntura internacional, complexa e inconstante, à incerteza do ambiente económico externo e aos desafios da transformação interna, como há ainda muitas dificuldades e problemas sobre o desenvolvimento económico e a vida da população, é preciso que o Governo lidere a sociedade para os resolver em conjunto.

Por um lado, Macau necessita de adoptar múltiplas medidas para revitalizar a economia comunitária, optimizar o ambiente de negócios e garantir o emprego dos residentes. Através da implementação do plano de desenvolvimento da diversificação adequada da economia,

especialmente no que diz respeito à construção do sistema jurídico e ao reforço da cooperação interdepartamental, é imperativo dispor de mais políticas concretas para promover a valorização das indústrias tradicionais e impulsionar o desenvolvimento das indústrias emergentes. Mais, importa fomentar a criação de mais oportunidades de emprego e o desenvolvimento profissional dos residentes, garantindo a sua prioridade no acesso ao emprego, e aproveitar eficazmente o mecanismo da plataforma de formação profissional integrada, dedicada, com a colaboração dos trabalhadores, empregadores e o Governo, à formação de uma equipa de quadros qualificados locais adaptados às necessidades do mercado, a fim de contribuir para o desenvolvimento das indústrias e melhorar a qualidade de emprego dos residentes.

Por outro lado, relativamente ao melhoramento contínuo do bem-estar da população, além de dar continuidade às medidas benéficas à população e melhorar o respectivo mecanismo, o Governo deve reforçar o investimento em recursos nas áreas da saúde, educação e serviços sociais, promover a cooperação entre o sector público e privado, para melhorar o sistema de apoio aos idosos, às camadas mais vulneráveis e aos cuidadores, reforçar a protecção aos idosos, e aumentar a felicidade e a segurança dos residentes. Mais, o Governo deve continuar a aproveitar os recursos de solos, reforçar o planeamento e a construção urbana, melhorar as instalações complementares de vida e o planeamento rodoviário, para concretizar melhor o rumo do desenvolvimento de Macau, em termos de habitação, emprego e turismo.

A implementação do princípio “um país, dois sistemas” em Macau entrou numa nova fase e, no futuro, é necessário que o Governo e os diversos sectores da sociedade tenham confiança firme no seu desenvolvimento, avancem de mãos dadas, acelerem a integração no desenvolvimento do País, promovam o desenvolvimento económico e a optimização da estrutura industrial, e aperfeiçoem a segurança social, a fim de construir uma base mais sólida para o desenvolvimento, a longo prazo e de alta qualidade, de Macau. Por isso, vou continuar a empenhar-me no exercício das minhas funções de fiscalização legislativa, promoção de políticas e recolha de opiniões da população; em articulação com a AL, vou aprofundar a interacção positiva entre o poder executivo e o poder legislativo, elevar a capacidade e a eficácia da governação da RAEM e, em conjunto, construir uma sociedade harmoniosa e inclusiva para viver e trabalhar com alegria.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Leong Pou U.

Leong Pou U: Obrigado, Senhor Presidente.

Boa tarde a todos, Senhores Deputados.

O tema da minha intervenção de hoje é “Desenvolvimento dos direitos e interesses laborais para aumentar a sensação de realização, segurança e bem-estar dos trabalhadores”

Sendo a minha primeira intervenção antes da Ordem do Dia desde que assumi o cargo de Deputado, primeiro, gostaria de manifestar que me sinto honrado por poder trabalhar em conjunto com o Senhor Presidente e os colegas Deputados desta Legislatura, para lutar e contribuir para o futuro desenvolvimento de Macau. Estou também profundamente grato aos eleitores do sector laboral por me terem dado esta oportunidade inestimável. Gostaria de agradecer especialmente aos meus antecessores no sector laboral, cujo extenso trabalho e dedicação ao longo dos anos lançaram as bases para as leis e regulamentos laborais de Macau.

Com a implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” em Macau a entrar numa nova fase, os residentes aspiram cada vez mais a um emprego de qualidade e a uma vida melhor. Verificamos que os padrões laborais de Macau não estão adaptados ao nível de desenvolvimento económico e social, havendo ainda uma ampla margem para optimização e ajustamento. Na realidade, os padrões laborais de Macau estão sempre atrasados, e alguns padrões laborais não são actualizados há dezenas de anos. Por exemplo, as horas de trabalho e as férias anuais não são alteradas desde 1984, ou seja, há 41 anos; os feriados obrigatórios não são ajustados há 36 anos, desde 1989; quanto à licença de maternidade, apesar da última revisão da lei laboral ter alargado o seu número de dias de 56 para 70, há ainda uma grande diferença de critérios, por isso, é necessário proceder-se a um ajustamento. Os padrões laborais não são apenas condições de trabalho importantes, mas também indicadores importantes para avaliar o ambiente industrial de um país ou de uma região. O presente Governo dá grande importância ao desenvolvimento dos direitos e interesses laborais e, no seu primeiro relatório das LAG, refere que vai ser efectuado um estudo sobre o aumento do número de dias de férias anuais e de licença de maternidade, o que contribuirá para elevar os padrões laborais de Macau.

Na realidade, para além das férias anuais e da licença de maternidade, é necessário proceder à revisão de outros critérios laborais, bem como de toda a legislação laboral. Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Ajustar razoavelmente os padrões laborais para elevar o sentimento de realização dos trabalhadores. O Governo encarregou uma terceira entidade de efectuar um estudo sobre o aumento das férias anuais e da licença de maternidade. Espero que o Governo o conclua, quanto antes, e o entregue ao Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) para discussão, auscultando as opiniões das partes laboral e patronal, para se chegar a um consenso social e se iniciar o processo legislativo o mais breve possível, permitindo aos trabalhadores partilharem dos frutos do desenvolvimento económico. Espero ainda que as autoridades procedam, em tempo oportuno, a uma revisão e aperfeiçoamento sistemáticos das leis e regulamentos laborais e, tendo em conta a situação real e a tendência de desenvolvimento do

mercado de trabalho de Macau, avancem com a legislação e as alterações necessárias na área do trabalho com uma visão prospectiva, para proporcionar um suporte jurídico sólido para a garantia dos direitos e interesses laborais.

2. Aperfeiçoar a legislação relativa à segurança e saúde ocupacional para aumentar o sentimento de segurança dos trabalhadores. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) salienta que um ambiente de trabalho seguro e saudável constitui um princípio fundamental e um direito no trabalho, sublinhando que a segurança e a saúde são o núcleo do trabalho no futuro. Sugiro ao Governo que aperfeiçoe, passo a passo, os diplomas legais relacionados com a segurança e a saúde ocupacional dos diversos sectores, devendo, nomeadamente, aperfeiçoar as orientações para os trabalhadores que se deslocam em situações climáticas extremas, cada vez mais frequentes nos últimos anos, reforçar as inspecções e a aplicação da lei, para eliminar os riscos para a segurança e a saúde ocupacional, bem como intensificar a formação sobre a segurança e a saúde ocupacional, para elevar a consciência de segurança e a capacidade de autoprotecção dos trabalhadores, garantindo, efectivamente, a sua saúde e segurança.

3. Reforçar a negociação entre as partes laboral e patronal e o Governo para aumentar o sentimento de felicidade dos trabalhadores. O CPCS é uma importante plataforma de negociação entre as partes laboral e patronal e o Governo, reflectindo o sucesso da implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” com características próprias de Macau, desempenhando um papel fundamental na promoção da harmonia entre as partes laboral e patronal, na construção de uma sociedade harmoniosa e no fomento do desenvolvimento socioeconómico de Macau. Espero que o Governo reforce o papel do CPCS no âmbito do regime de trabalho, da promoção do emprego e da segurança social, para haver uma melhor comunicação e coordenação, a fim de se chegar a um consenso entre as partes laboral e patronal e se resolver adequadamente as diversas questões laborais, em prol da promoção conjunta do desenvolvimento sustentável dos direitos e interesses laborais.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Lam Lon Wai.

Lam Lon Wai: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção de hoje é “Promover o desenvolvimento das indústrias e a diversificação económica, bem como melhorar as garantias laborais e o bem-estar da população”

A nova Legislatura da Assembleia Legislativa marca um período crucial para Macau, que se esforça por alcançar um desenvolvimento económico de alta qualidade e melhorar o bem-estar da população. Como Deputado do sector do trabalho, estou ciente de que todas as políticas e todos os recursos dizem respeito à qualidade de vida das famílias de base e ao bem-estar dos trabalhadores em geral. Nos próximos quatro anos, continuarei firme no meu compromisso de ter por base os trabalhadores e a vida da população, reunindo o consenso social para avançar na criação de um ambiente de trabalho mais justo, ordenado e sustentável.

Com os esforços da sociedade ao longo dos anos, chegou-se a um consenso sobre o conceito de “trabalhar com garantias”, mas há que continuar a aprofundar a segurança ocupacional, os direitos e interesses laborais e a garantia de emprego. Com base no aperfeiçoamento do regime de trabalho, o Governo deve promover a revisão da lei laboral e do regime relativo a indemnizações por doenças profissionais e acidentes de trabalho, introduzir um mecanismo de avaliação médica por terceira parte, e comunicação electrónica, reforçar a execução da lei e a eficiência do pagamento de indemnizações, e otimizar o sistema de cultura de segurança nos sectores de alto risco e de formação profissional, para que os trabalhadores possam trabalhar sem preocupações e partilhar dos frutos do desenvolvimento económico. Com a promoção da estratégia da diversificação industrial “1+4” e da construção da Zona de Cooperação Aprofundada, deve-se melhorar a integração entre o ensino técnico-profissional e o ensino para o desenvolvimento industrial, e promover o apoio ao emprego dos jovens e dos residentes de meia-idade. O princípio de “dar prioridade aos trabalhadores locais” deve ser cumprido nas obras públicas e na adjudicação dos serviços, a fim de garantir que tenham um lugar estável e com espaço para promoção.

Em relação às indústrias, a diversificação económica deve ser o factor fundamental para impulsionar o desenvolvimento comum dos empregadores e trabalhadores, e se continuar a aperfeiçoar as infra-estruturas e o ambiente de negócios, apoiar a reconversão e valorização das micro, pequenas e médias empresas, e promover o desenvolvimento digital e a cooperação na Grande Baía, abrindo assim um maior espaço de desenvolvimento para a força laboral local.

Por fim, face aos desafios relacionados com a vida da população, esperamos que todas as famílias possam beneficiar, de forma mais justa, dos frutos do desenvolvimento social. Assim, reforçar continuamente o sistema de segurança social, aperfeiçoar os serviços de apoio aos idosos e de creches, criar um mecanismo de ajustamento dos preços dos produtos e do índice mínimo de subsistência, promover a optimização do espaço comunitário de lazer e público, bem como elevar a qualidade de vida da população e reforçar a coesão da comunidade, são as metas que temos de nos empenhar em alcançar. Macau encontra-se numa fase crucial de reconversão, e a estabilidade social e a força motriz do seu desenvolvimento dependem dos esforços conjuntos de todos os sectores. Como representante do sector laboral, vou continuar a promover “a institucionalização da segurança ocupacional, a localização do

emprego, a racionalização dos rendimentos e a profissionalização da formação”, tendo em conta os factos e as opiniões da população, para que todos os residentes possam lutar em Macau com tranquilidade, viver em paz e trabalhar com alegria, caminhando em conjunto rumo à “diversificação económica” e a uma “situação ‘win win’ entre as partes laboral e patronal”.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Lei Leong Wong.

Lei Leong Wong: Obrigado, Senhor Presidente.

Nas LAG para o corrente ano, refere-se que, nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado na implementação da governação electrónica, tendo alcançado resultados na elevação da eficiência administrativa e na melhoria da qualidade dos serviços prestados. Mas, tendo em conta a falta de um planeamento sistemático e uma centralização da coordenação para a reforma da Administração Pública, afigura-se necessário promover trabalhos de reforma vinculados estreitamente aos interesses dos serviços públicos e dos trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito ao ajustamento da estrutura dos serviços públicos, à racionalização do número de trabalhadores, à simplificação dos procedimentos de prestação de serviços e ao aperfeiçoamento do regime de gestão do pessoal. Assim, a concretização efectiva da reforma da Administração Pública exige maior determinação e coragem.

Em Fevereiro do corrente ano, o Governo da RAEM criou o Grupo de Liderança da Reforma da Administração Pública, chefiado pelo Chefe do Executivo, e o Grupo de Coordenação da Reforma da Administração Pública, chefiado pelo Secretário para a Administração e Justiça. Recentemente, procedeu-se à revisão do decreto-lei que regula a estrutura orgânica dos serviços públicos, em vigor há mais de 40 anos, e à elaboração do regulamento administrativo intitulado “Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicos”. Em termos objectivos, os respectivos trabalhos contribuem para promover o processo da reforma da administração pública. No entanto, face às mudanças internas e externas, aos desafios do desenvolvimento económico e às crescentes necessidades da sociedade no âmbito dos serviços públicos, como transformar o plano de desenvolvimento em resultados práticos e viáveis para os residentes é matéria que merece uma reflexão profunda por parte do Governo. Em especial, a falta de clareza quanto às competências e responsabilidades dos serviços públicos, a falta de coordenação interdepartamental, a complexidade dos procedimentos administrativos, a atitude irresponsável dos serviços, a actuação de cada um à sua maneira e a desactualização de algumas leis e regulamentos, entre outros, o que demonstra que muitos dirigentes não têm conhecimentos suficientes sobre os serviços que prestam, e que, a par disso, a burocracia e “estados feudais” continuam a constituir obstáculos à elevação da eficiência governativa e à promoção do desenvolvimento

socioeconómico.

É de salientar que “o empenho no reforço da eficácia de governação da RAEM” é um dos quatro propósitos formulados pelo Presidente Xi Jinping em relação a Macau; O Plano Nacional também define claramente o apoio a Macau na promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia, atribuindo a Macau o posicionamento de “um centro, uma plataforma, uma base”. Por isso, o Governo da RAEM deve criar um sistema de administração pública eficiente, célere e modernizado, para romper com os obstáculos que impedem o seu próprio desenvolvimento, deve tomar a iniciativa de se articular com as estratégias nacionais e reforçar a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Assim, apresento as seguintes três opiniões:

1. Fortalecer o plano geral a partir do topo e fortalecer a consciência dos funcionários sobre o conceito de servidor público. A reforma da Administração Pública é uma obra sistemática que visa construir um governo eficiente e moderno. Sugiro que os líderes dos grupos e os respectivos grupos de coordenação planeiem os trabalhos ao mais alto nível, promovendo-os sob o sistema jurídico, a estrutura orgânica, a gestão dos funcionários públicos e os trabalhos de colaboração interdepartamental, com vista a atingir os quatro objectivos básicos, ou seja, a simplificação dos procedimentos, clarificação das competências e responsabilidades, elevação da eficiência e simplificação da estrutura administrativa, em particular, é necessário continuar a elevar o conceito de servidor público nas diferentes categorias e de acordo com as necessidades do desenvolvimento social da nova era.

2. Criar um mecanismo de mobilidade ascendente para elevar o nível de governação da RAEM. Os trabalhadores dos serviços públicos são uma parte integrante e relevante do Governo, por isso, há que elevar o seu profissionalismo, sentido de responsabilidade e mobilidade, através de um regime de gestão eficaz. Proponho que, após a conclusão da reorganização da estrutura orgânica e das funções do Governo, se aperfeiçoe, de forma contínua, o regime de mobilidade dos trabalhadores dos serviços públicos e se melhore o mecanismo de promoção, criando mais oportunidades de mobilidade ascendente para os funcionários públicos competentes, nomeadamente o mecanismo de promoção entre carreiras, que é uma matéria chave. Mais, há que implementar o mecanismo de responsabilização do pessoal de direcção e chefia, criando um sistema de fiscalização caracterizado pelo equilíbrio de poderes, de responsabilidades e de interesses, com vista a consolidar a base da força governativa do Governo da RAEM.

3. Melhorar o sistema de gestão económica e as condições de exploração comercial e de emprego. Um bom ambiente de negócios é um factor importante para o desenvolvimento socioeconómico a longo prazo e para a manutenção do emprego dos residentes. Sugere-se ao

Governo que continue a rever e a alterar os diplomas legais relacionados com o ambiente de negócios, reduzindo as condições e os procedimentos desnecessários de apreciação, os quais, aliás, devem ser simplificados, para elevar a eficiência administrativa e, através do governo electrónico e da cooperação interdepartamental, melhorar os serviços relativos a requerimentos, apreciação e autorização de licenças, a fim de facilitar a vida da população e dos empresários, de reduzir os custos de exploração, especialmente, das micro, pequenas e médias empresas e de apoiar o desenvolvimento sustentável da economia e do ambiente de emprego.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Chan Lai Kei.

Chan Lai Kei: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde.

O tema da minha intervenção de hoje é “Criar um ambiente favorável à natalidade em prol do desenvolvimento a longo prazo de Macau”

Segundo o Relatório sobre a Situação da População Mundial 2024 das Nações Unidas, Macau tornou-se o território com a taxa de fertilidade mais baixa a nível global. No Relatório das LAG/25, foram propostas várias medidas para reforçar as políticas de apoio à fertilidade, tendo sido activamente abordada a baixa taxa de natalidade. Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, a taxa de natalidade de Macau no ano passado situou-se em 0,58, o que significa que, em média, cada mulher em idade fértil dá à luz menos de um filho durante a sua vida. Porém, no primeiro semestre deste ano, Macau registou apenas 1421 recém-nascidos, o que representa uma diminuição de quase 289 recém-nascidos relativamente ao mesmo período do ano passado. Dado o declínio contínuo da taxa de natalidade nos últimos anos, Macau sujeita-se a ter uma taxa de natalidade extremamente baixa. É previsível que as estruturas familiares caracterizadas por «famílias com um único filho» ou mesmo «famílias sem filhos» se tornem cada vez mais comuns. Isto coloca desafios profundos relativamente à angariação de mão-de-obra, ao sistema de segurança social e à vitalidade económica de Macau. Aumentar a vontade dos residentes de ter filhos é uma tarefa sistémica extremamente complexa, que exige ao Governo a definição de uma «política holística» de alto nível. Mediante a criação de uma equipa de cooperação interserviços e a avaliação abrangente das necessidades gerais da sociedade, construiremos em conjunto um sistema de apoio mais abrangente e voltado para o futuro, que permita que as pessoas desejem ter filhos, se sintam confiantes para tê-los e estejam preparadas para criá-los bem.

Para o efeito, apresento as seguintes três sugestões:

1. Reforçar o apoio económico, para aliviar realmente os encargos das famílias. A pressão económica é o factor principal que leva à falta de vontade de ter filhos. Sugere-se, nesta fase, aumentar as vagas subsidiadas de assistência à infância e estudar sobre a sua extensão às crianças até aos 6 anos, bem como criar um “subsídio progressivo”, cujo montante seja aumentado segundo o número de crianças, para garantir que este montante corresponde aos custos das famílias com a assistência à infância. Quanto à habitação, o andamento e os resultados do Estudo de viabilidade sobre o regime de troca de habitação económica, já iniciado, devem ser publicados rapidamente, para resolver as necessidades dos agregados familiares resultantes da mudança da estrutura, mais, há que estudar a bonificação de juros do crédito à habitação ou conceder um subsídio especial às famílias com crianças, com vista dar apoio às despesas quotidianas.

2. Aperfeiçoar as políticas de apoio à família e promover o equilíbrio entre o trabalho e a família. Há ainda espaço para melhorias no actual regime das licenças de maternidade e paternidade. Assim, sugiro que se aumente gradualmente a licença de maternidade remunerada para, pelo menos, 98 dias, como recomendado pela Organização Internacional do Trabalho, em alinhamento com o número de dias fixado no Interior da China e em Hong Kong; que se estude a criação da licença exclusiva do pai para acompanhar a parturiente e de licença para os progenitores acompanharem os filhos doentes, por forma a incentivar as famílias a assumirem a responsabilidade de cuidar dos filhos; e que se implemente o “programa-piloto de certificação de empregadores amigos da família”, a título experimental, nos serviços públicos e nas empresas de lazer, assegurando uma organização flexível de trabalho às grávidas e aos trabalhadores com filhos menores de três anos, por exemplo, podem ficar dispensados de “turnos nocturnos” ou “consecutivos”, ou, em situações meteorológicas extremas e atendendo às situações especiais da família, do serviço, com vista ao equilíbrio entre o trabalho e a família.

3. Reforçar o apoio ao nível das creches e das instituições educativas e estabelecer uma articulação com o ensino. A falta de “apoio nos cuidados dos filhos” é uma dificuldade para muitas famílias com ambos os progenitores a trabalhar. Proponho ao IAS que aceite e responda, de forma ampla, às opiniões e necessidades da sociedade, acelerando a elaboração do “Plano de Desenvolvimento dos Serviços de Creches para os anos de 2026 a 2030”, e que pondere prolongar, passo a passo, o horário e o âmbito dos serviços de cuidado a crianças, para prestar melhores serviços de cuidado às famílias com ambos os progenitores a trabalhar nos diversos sectores de Macau. Mais, há que continuar a promover o desenvolvimento inovador e diversificado do ensino não superior, aperfeiçoar a alocação de docentes, o investimento de recursos e o apoio preciso a grupos específicos de alunos do ensino especial, e, ainda, aumentar o subsídio extraordinário à educação destinado às famílias desfavorecidas da camada de base e promover a equidade em todos os níveis do ensino não superior, criando-se assim uma rede de serviços desde a creche à conclusão do ensino não superior, para aliviar a pressão das famílias causada pela educação e os cuidados aos filhos e aumentar a vontade

de constituir família com filhos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Senhora Deputada Song Pek Kei.

Song Pek Kei: Muito obrigada, Senhor Presidente.

Na 4.^a Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China foi aprovada a “Proposta do Comité Central do Partido Comunista da China sobre a Elaboração do 15.º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Económico e Social da República Popular da China”, projectando um grande plano de desenvolvimento nacional para os próximos cinco anos, que terá grande influência no futuro desenvolvimento de Macau. Nesta nova fase de desenvolvimento, Macau precisa de agarrar firmemente as novas oportunidades de desenvolvimento, de se articular com as estratégias nacionais, aproveitar plenamente as vantagens do princípio “Um País, Dois Sistemas” e aprofundar a sua reforma geral. Deve ainda empenhar-se na concretização dos objectivos da diversificação económica de Macau e na promoção do seu desenvolvimento com qualidade, a fim de manter a prosperidade e a estabilidade a longo prazo.

Com base no presente, deve planear o futuro. Nos objectivos da acção governativa para este ano, o novo Governo da RAEM refere expressamente que é necessário conjugar plenamente a execução do 2.º Plano Quinquenal com a definição do 3.º Plano Quinquenal. A longo prazo e com base nas considerações globais, deve definir o plano da construção da Cidade (Universitária) de Educação Internacional e formar talentos ao mesmo nível. Mais, há que clarificar a internacionalização da investigação científica e do intercâmbio científico-tecnológico como meio para promover o desenvolvimento integrado dos talentos das áreas da educação e da ciência em Macau e na Ilha de Hengqin. Há dias, teve início a construção do novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, e ali foi criado o novo campus provisório da dita Universidade para acelerar o seu desenvolvimento.

Neste momento, Macau encontra-se numa fase crucial de desenvolvimento e está a enfrentar as oportunidades e os desafios resultantes da reforma educativa a nível mundial. O Governo da RAEM deve aproveitar a oportunidade de desenvolvimento da referida cidade universitária na Ilha de Hengqin para acelerar a optimização das políticas educativas, analisar e aperfeiçoar, sistematicamente, o investimento em recursos educativos, especialmente tendo em vista a forte concorrência do mercado. Para manter um desenvolvimento de alta qualidade, o ensino superior de Macau precisa de ter um ambiente social mais aberto e tolerante. Mais, deve também promover um mercado eficiente, a fim de transformar as vantagens educativas de Macau em capacidade competitiva a nível “industrial”, tudo para satisfazer as novas exigências e cumprir as missões atribuídas pelo País e contribuir para a

construção de um país forte na área da educação.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. O desenvolvimento do ensino superior de Macau deve seguir as regras do mercado e da sua liberalização, pois é necessário um desenvolvimento equilibrado entre as instituições públicas e privadas. Neste momento, o planeamento da Cidade Universitária de Educação Internacional de Macau e Hengqin define claramente que se vão desenvolver, em primeiro lugar, as universidades públicas, e embora se tenha referido no plano que, no futuro, para além destas, vão ser desenvolvidas também as privadas sob determinadas condições, o plano ainda não é claro, o que impede as instituições de ensino superior de Macau de realizarem as suas actividades, e isso não contribui para a diversificação do ensino superior nem para a sua internacionalização. Assim, proponho ao Governo que clarifique, quanto antes, os planos de desenvolvimento das instituições de ensino superior públicas e privadas, para que mais instituições possam participar no desenvolvimento da referida Cidade Universitária.

2. Os quadros qualificados são a primeira força produtiva para o desenvolvimento. A referida Cidade Universitária necessita de quadros qualificados, nomeadamente, na área da investigação de alto nível. Face às vantagens e oportunidades de desenvolvimento, o Governo deve lançar, quanto antes, a 3.^a fase dos programas de captação de quadros qualificados e, ao mesmo tempo, aproveitar plenamente as vantagens do princípio “um País, dois sistemas” e as políticas vantajosas de Macau e Hengqin para estabelecer um mecanismo mais aberto e conveniente para a importação de quadros qualificados internacionais.

3. Sugiro ao Governo que aperfeiçoe o regime de captação de quadros qualificados, e elabore uma “lista” tendo em conta as necessidades do desenvolvimento das indústrias. Deve ainda promover a criação de um serviço especializado entre os Governos de Macau e de Hengqin, para dar respostas ao novo posicionamento de Macau e Hengqin, às exigências do desenvolvimento das indústrias emergentes e aos futuros desafios, para permitir a captação, o aproveitamento e a retenção de quadros qualificados.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Kou Ngon Seng.

Kou Ngon Seng: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção de hoje é “Promover a construção do Hub (Porto) de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas”

Com uma visão prospectiva e a orientação de “potenciar as vantagens próprias de Macau e servir as necessidades do País”, o Governo da RAEM apresentou este ano, no seu primeiro Relatório das LAG, quatro projectos inovadores, dos quais, a “construção do Hub (Porto) de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas” injectará um novo dinamismo no desenvolvimento da aviação civil de Macau.

As obras de aterro para a expansão do Aeroporto Internacional de Macau estão em curso. A área do aeroporto aumentará para 325 hectares, o número de plataformas de estacionamento para aviões será aumentado para 56 e a capacidade de recepção de passageiros aumentará para 13 milhões por ano. Prevê-se que as obras estejam concluídas em 2030. Foi lançada, esta manhã, a primeira pedra do “terminal de carga Upstream do Aeroporto Internacional de Macau em Hengqin”, o que simboliza a extensão da função deste terminal de carga até Hengqin, a ligação directa da logística aérea entre Hengqin e Macau e uma maior competitividade de Macau como centro regional de aviação. Como sou do sector da aviação, acho que, para promover a construção do Hub referido, há que desenvolver as funções de “ligação interna e externa”, alargar as fontes de turistas internacionais e interligar Hengqin para diversificar as indústrias.

Assim, apresento as três sugestões seguintes:

1. Aproveitamento dos recursos das rotas aéreas para expandir o mercado de visitantes internacionais. Actualmente, o Aeroporto de Macau conta rotas operadas por 26 companhias aéreas para 41 destinos, e cerca de metade são rotas internacionais. Macau pode aproveitar os recursos das rotas aéreas internacionais para expandir o mercado de visitantes internacionais. Sugere-se a criação de itinerários turísticos “multidestinos”, em articulação com as cidades da Grande Baía. Assim, em termos de medidas complementares, sugiro que se promova uma isenção de visto de 240 horas para impulsionar os visitantes estrangeiros que chegam a Macau a deslocarem-se a outras cidades da Grande Baía, para que possam fazer turismo naquelas cidades; e, ainda, através da extensão dos itinerários turísticos, se alargue o mercado de visitantes internacionais e reforce as vantagens de Macau como “Hub (Porto) de Transporte Aéreo Internacional na margem oeste do Rio das Pérolas”.

2. Construção conjunta de um terminal de embarque em Hengqin. Na minha opinião, Hengqin pode funcionar como vector do Hub (Porto) de Transporte Aéreo a nível internacional e a nível doméstico. Sugere-se que se reforce o desenvolvimento sinérgico dos aeroportos de Macau e Zhuhai, e se promova a construção conjunta de um terminal de embarque em Hengqin, pois o posto fronteiriço de Hengqin fica a 7 km (15 minutos de carro) e a 30 km (30 minutos de carro), respectivamente, dos aeroportos de Macau e Zhuhai, e a cooperação entre ambas as partes contribuirá para a concretização da conexão das infra-estruturas aeronáuticas. Sugere-se ainda que se promova a articulação das regras e dos mecanismos de aviação civil de Macau e Zhuhai, estabelecendo a ligação entre as rotas

internacionais de Macau e as rotas domésticas de Zhuhai, segundo o conceito de “dois aeroportos que funcionam um para o outro como pista adicional”, servindo Hengqin como ponto de trânsito, criando um modelo de transferência de voos internacionais e domésticos – “Zhuhai-Macau” ou “Macau-Zhuhai”.

3. Inovar o mecanismo internacional de desalfandegamento de carga aérea para promover a diversificação industrial. Nos últimos anos, tem-se registado um aumento significativo da procura do comércio electrónico transfronteiriço e do transporte de carga aérea internacional. O projecto de construção do posto de carga frontal de Hengqin, em construção no Aeroporto de Macau, visa aproveitar as vantagens das rotas internacionais e geográficas e espaciais de Hengqin, para complementar o desenvolvimento dos serviços internacionais de carga aérea. Isso pode reforçar o posicionamento funcional do comércio externo de Macau e otimizar a interligação das mercadorias importadas e exportadas entre Guangdong e Macau. Sugiro que, durante a construção desse posto, se coordene a política de importação e exportação de carga aérea transfronteiriça com as alfândegas do Interior da China, aproveitando as vantagens políticas de Hengqin para estabelecer um mecanismo inovador de declaração alfandegária, desalfandegamento e passagem aduaneira, para acelerar a circulação de carga aérea internacional e promover a diversificação industrial de Macau.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Chao Ka Chon.

Chao Ka Chon: Muito obrigado, Senhor Presidente.

A minha intervenção de hoje tem como tema “Promover a formação científica e tecnológica dos jovens locais e desenvolver a indústria científica e tecnológica de Macau”.

Em 2015, Liang Wenfeng e Sam Altman, ambos com 30 anos de idade, criaram, respectivamente, em Hangzhou e no Vale do Silício, a empresa-mãe da DeepSeek - High-Flyer e as duas famosas empresas de inteligência artificial da Open AI, de renome mundial, demonstrando que a inovação dos jovens é a chave para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, em articulação com o conceito de “jovens prósperos, país próspero; jovens fortes, país forte”.

Quanto à educação juvenil, a meu ver, o ensino superior de Macau regista vários avanços na área da ciência e tecnologia, e com base nos quatro laboratórios de referência do Estado formaram-se muitos talentos nesta área, no entanto, a participação dos jovens locais é baixa, isto deve-se à predominância da economia unitária e à falta de uma plataforma para o desenvolvimento. Eu, na qualidade de Deputado da Assembleia Legislativa, proveniente do sector da tecnologia, durante o mandato de quatro anos, vou impulsionar os jovens a

aproximarem-se das tecnologias, principalmente no que diz respeito à formação, no ensino secundário e, nas áreas do seu interesse, sendo as disciplinas mais procuradas a Engenharia Robótica, a Biomecânica, a Inteligência Artificial de grande escala, entre outras, para lhes oferecer mais opções de planeamento de vida e de desenvolvimento científico-tecnológico, com mais escolhas nos cursos opcionais do ensino superior.

Como a maioria dos pais, também me preocupo com a saída dos meus filhos, ou seja, há receio que os filhos que estudam no exterior não consigam encontrar emprego em Macau, pois, o tempo e os custos da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico das sociedades são diferentes. Assim, quanto à promoção da formação científica e tecnológica dos jovens e do desenvolvimento da indústria tecnológica de Macau, apresento as seguintes duas sugestões:

1) Aprofundar as vantagens da integração entre Macau e Hengqin e acelerar a construção de uma plataforma adequada ao desenvolvimento dos jovens de Macau. As vantagens do desenvolvimento da indústria tecnológica de “Macau e da Ilha de Hengqin integrados” são evidentes em termos de espaço, recursos humanos, ambiente industrial e do “panorama geral”, mas há também aspectos diferentes em comparação com a cidade de Hangzhou, porque a Ilha de Hengqin pode beneficiar das vantagens provenientes do princípio de exclusividade “um país, dois sistemas”, por extensão do mesmo, mais, é possível aplicá-lo. Assim, a construção de uma plataforma industrial integrada entre Macau e Hengqin não pode afastar-se do desenvolvimento equilibrado de ambas. Para os jovens de Macau, que necessitam de condições, é imprescindível uma plataforma única de desenvolvimento.

2) Aproveitar, de forma pragmática, os pontos fulcrais destas vantagens para a criação de uma plataforma para a actual geração, estabelecendo-se assim uma boa base para o desenvolvimento da próxima geração. A curto prazo, para além da formação, em Macau e no exterior, na área da inovação tecnológica, há que aproveitar as actuais e reais vantagens de Macau, tais como a baixa taxa de tributação, ser porto franco, ter ensino infantil de boa qualidade. É possível atrair para Macau indústrias que gerem imediatamente lucros e que funcionem em ciclos mais fechados, facto que, por um lado, pode gerar receita fiscal e aumentar o emprego, e por outro lado, pode desencadear uma cadeia ecológica nas indústrias tecnológicas, contribuindo para a diversificação adequada da economia de Macau. A médio prazo, sob o princípio “um país, dois sistemas”, é possível criar em Macau legislação favorável ao desenvolvimento científico e tecnológico; ajustar, em tempo oportuno, as políticas dos quadros qualificados locais, no sentido de formar mais jovens locais, de reforçar a sua capacidade de inovação e competitividade na área tecnológica: actualizar a indústria, o ensino superior, a investigação e a transformação em resultados no âmbito da propriedade intelectual, para que estas áreas de desenvolvimento e os laboratórios de referência possam ser convertidos de forma mais eficiente em resultados para as indústrias. Mais, é possível criar um “ecossistema” formado por dois segmentos, um a montante e outro a jusante,

incluindo o investimento financeiro, bem como as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento científico e tecnológico, tais como a electricidade, a internet e a capacidade computacional; por último, é possível criar em Macau “recipientes” que possam suportar todos os tipos de software e hardware, para atrair mais empresas científicas e tecnológicas avançadas. A longo prazo, devem ser exploradas as vantagens de Macau que lhe tragam capacidades económicas e tecnológicas ao nível internacional que contribuam para o desenvolvimento económico.

É tudo o que tenho para dizer. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Leong Hong Sai.

Leong Hong Sai: Senhor Presidente, Caros Colegas: Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção antes da ordem do dia é “Acelerar a concretização dos quatro grandes projectos para promover o emprego dos quadros qualificados locais”

Nos últimos anos, o objectivo de desenvolvimento de Macau tem sido a promoção da diversificação adequada da economia, e foi divulgado um plano geral de desenvolvimento, com vista a promover os sectores do turismo e da cultura, deixando para trás o único pilar económico que era, predominantemente, o sector do jogo. No relatório das LAG para este ano, o Chefe do Executivo referiu que iam ser iniciados, muito em breve, quatro grandes projectos, incluindo a construção da Cidade Internacional de Ensino Superior em Hengqin, da Zona Complexa Turística e Cultural Internacional de Macau, do Complexo Aéreo na Bacia Oeste do Rio das Pérolas e do Parque Industrial de Pesquisa e Desenvolvimento de Ciências e Tecnologias de Macau.

Estou plenamente de acordo com os planos do Governo para o futuro desenvolvimento e com os trabalhos de cooperação com o País na promoção do desenvolvimento estável da diversificação da economia de Macau. No importante discurso proferido durante a sua visita a Macau, o Presidente Xi Jinping afirmou que se “deve coordenar e promover o desenvolvimento integrado da educação, da ciência e da tecnologia, bem como dos quadros qualificados, introduzir e cultivar vigorosamente vários tipos de quadros qualificados e criar um local de agregação de quadros qualificados internacionais de destaque, criando um ambiente de desenvolvimento mais inclusivo e diversificado para as próximas gerações”. Na minha opinião, os quatro grandes projectos são a chave para a integração de Macau na estratégia nacional, pois envolvem várias áreas profissionais, e será necessário contratar um grande número de pessoal técnico-profissional e de gestão.

Espero que o Governo agarre nestas oportunidades e defina os objectivos de desenvolvimento, a fim de criar mais oportunidades de emprego para os locais, e promova, a

longo prazo, o desenvolvimento sustentável dos nossos quadros, através da elevação da tecnologia, das garantias políticas e da interligação entre as indústrias. Assim, apresento as sugestões seguintes:

1. O Governo da RAEM deve concretizar, quanto antes, as políticas das quatro grandes obras, realizar os objectivos definidos para o desenvolvimento, criar mais postos de trabalho de “boa qualidade”, bem como mais condições favoráveis, que tenham como foco o alargamento das perspectivas de emprego dos residentes de Macau.

2. O Governo deve colaborar, activamente, com as instituições de ensino superior da China e do exterior, para organizar cursos sobre boas indústrias, articulando-as com os projectos de desenvolvimento de Macau e concretizando a integração entre o sector industrial e o ensino, para, com base nisto, proporcionar oportunidades de estágio e formar mais talentos locais da nova geração. Ao mesmo tempo, deve reforçar o ensino técnico-profissional e formar talentos técnicos locais com técnicas pragmáticas. A par da importação de quadros qualificados do exterior, deve também promover a colaboração com as equipas locais, para promover a transferência de conhecimentos e elevar, a longo prazo, a competitividade dos quadros locais.

3. O Governo da RAEM deve aproveitar a construção das quatro grandes obras para impulsionar o desenvolvimento conjunto de outros sectores, como os de fabrico de materiais de construção, de investigação mecânica e de transporte e logística, entre outros, criando, indirectamente, mais oportunidades de emprego. Mais, na fase pós-execução das obras e de manutenção, devem ser asseguradas as medidas de manutenção a longo prazo, incluindo a reparação e a gestão regular do funcionamento a longo prazo, proporcionando mais postos de trabalho a longo prazo, a fim de promover a estabilidade do emprego dos residentes locais. Em conclusão, se as quatro grandes obras conseguem, ou não, criar um bom ambiente de emprego depende da colaboração entre o Governo, as empresas e as instituições educativas, da definição do rumo de desenvolvimento e da concretização efectiva dos objectivos, e, mais, neste assunto também há que assegurar que os talentos locais possam participar e assumir a predominância nos futuros grandes projectos, concretizando o desenvolvimento sustentável do emprego e da diversificação económica local.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Ngan Iek Hang.

Ngan Iek Hang: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde.

O tema da minha intervenção de hoje é sobre acelerar o desenvolvimento económico.

Este ano marca a fase final do 14.º Plano Quinquenal do País e o 2.º Plano Quinquenal de Macau. Perante as profundas mudanças globais nunca vistas num século, toda a nação uniu-se no propósito comum e superou desafios formidáveis, alcançando resultados de desenvolvimento duramente conquistados. Com o forte apoio nacional, a recuperação económica de Macau continua a ganhar ritmo. Olhando para o futuro, ainda temos de abordar a necessidade de uma diversificação adequada da economia, as questões estruturais do emprego, a reconversão e reserva de talentos, a revitalização da economia comunitária e uma série de questões relacionadas com a vida da população que persistem ao longo do tempo. Como avançar de forma constante durante um período de profunda reestruturação económica e concretizar um desenvolvimento de alta qualidade tornaram-se assuntos cruciais para Macau.

Primeiro, há que acelerar a diversificação adequada da economia. O “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia” foi lançado há mais de um ano, e as quatro novas indústrias ainda se encontram em crescimento. Assim, sugiro ao Governo que continue a reforçar o diálogo com o sector, a adoptar medidas precisas e a quebrar os obstáculos ao desenvolvimento das indústrias. O Governo deve acelerar os estudos sobre os planos específicos para o desenvolvimento a médio e longo prazo das indústrias emergentes, um fundo governamental para as indústrias e um fundo de orientação para a transformação dos resultados científicos e tecnológicos, bem como, reforçar com precisão a captação de investimentos para criar um ambiente mais favorável para a incubação e o desenvolvimento das indústrias emergentes. Segundo, há que acelerar a criação de uma base de dados de quadros qualificados que corresponda às necessidades das indústrias emergentes. Com a transformação da estrutura industrial, a procura de profissionais nas mais diversas áreas é cada vez maior.

Sugiro ao Governo que acelere os estudos sistemáticos sobre a procura de quadros qualificados e divulgue, periodicamente, as respectivas tendências a curto, médio e longo prazo, para dar orientações claras à sociedade e também aos sectores da educação e formação. Ao mesmo tempo, deve-se continuar a otimizar os programas específicos “emprego+formação”, acelerando a construção da plataforma de formação profissional integrada, e assim ajudar, efectivamente, os residentes a elevarem a sua competitividade no emprego mediante o desenvolvimento de competências e o reconhecimento das suas qualificações. Mais, é necessário aprofundar a cooperação entre Hengqin e Macau, para alargar o espaço de emprego e desenvolvimento da população. Ao mesmo tempo, é necessário tomar medidas para estimular a vitalidade da economia comunitária. Propõe-se o aprofundamento das sinergias intersectoriais e a conjugação de esforços entre as empresas integradas de lazer, as PME, as associações e as instituições financeiras. Em particular, há que reforçar os efeitos sinérgicos entre as actividades de grande envergadura e os cenários de

consumo nos bairros comunitários, a fim de dinamizar a economia comunitária, otimizar o ambiente de negócios, e impulsionar o emprego e a criação de negócios por parte dos residentes.

Recentemente, a 4.^a sessão plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China encerrou com sucesso, na qual foi deliberada e aprovada a proposta do “15.º Plano Quinquenal”, que define claramente os principais objectivos do desenvolvimento nacional para os próximos cinco anos. Num novo ponto de partida, Macau deve agarrar as novas oportunidades do “15.º Plano Quinquenal” do País; implementar o espírito da 4.^a sessão plenária; avaliar, de forma global, a eficácia da implementação do “2.º Plano Quinquenal”; planear de forma científica o desenvolvimento do “3.º Plano Quinquenal”; concretizar a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia; aprofundar a integração Hengqin-Macau; cultivar as novas forças produtivas de qualidade; melhorar de forma contínua a qualidade de vida da população, etc., dando passos mais sólidos em prol do desenvolvimento sustentável de Macau e da implementação estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Chui Sai Peng Jose.

Chui Sai Peng Jose: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde.

O tema da minha intervenção de hoje é “Aperfeiçoamento da legislação no âmbito das ciências e tecnologia de Macau para estimular o dinamismo inovador da sociedade”

Com a entrada em vigor da “Lei da Popularização das Ciências e da Tecnologia da República Popular da China”, revista no início deste ano, o desenvolvimento das ciências e da tecnologia no País entrou numa nova fase de legalização e sistematização. Esta revisão é uma medida importante para implementar plenamente o pensamento estratégico do Presidente Xi Jinping sobre “colocar a popularização das ciências e da tecnologia numa posição tão importante como a inovação científica e tecnológica”.

A “Lei” revista não só reforça a responsabilidade nacional pela popularização das ciências e da tecnologia, como também define expressamente medidas como o aperfeiçoamento do planeamento da construção de instalações de divulgação científica e tecnológica, o alargamento da cobertura das respectivas instalações e a promoção da abertura e partilha de recursos nestas áreas, fornecendo orientações importantes para as diversas regiões optimizarem os seus sistemas de governação científica e tecnológica. Actualmente,

Macau está empenhado na promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia, sendo a inovação científica e tecnológica o ponto fulcral para a sua reconversão e valorização. A “Lei” revista do País enfatiza a necessidade de promover uma cooperação estreita entre a popularização e a inovação científica e tecnológica, e de estimular o dinamismo inovador de toda a sociedade.

Neste contexto, Macau não só deve articular-se activamente com as ditas orientações, como também necessita de avançar com os trabalhos nestas áreas, revendo a construção do regime jurídico local para o desenvolvimento das ciências e tecnologia. Com vista a aumentar, de forma contínua, a dimensão e a amplitude dos trabalhos no âmbito das ciências e da tecnologia, apresento as seguintes sugestões:

1. Desde a entrada em vigor da “Lei de Bases das Ciências e da Tecnologia” em 2000, a compreensão e o reconhecimento da sociedade sobre o desenvolvimento científico e tecnológico aumentaram significativamente, tornando-se a capacitação tecnológica das indústrias um caminho indispensável para a reconversão e valorização. Sugiro que seja revista a “Lei de Bases das Ciências e da Tecnologia”, já em vigor há 25 anos, que oportunamente seja feita a análise e a optimização da lei e dos diplomas complementares, reforçando a áreas da divulgação científica, aumentando o papel de orientação jurídica no processo de transformação dos resultados científicos e tecnológicos, analisando e estabelecendo um regime de gestão sistemático com base em novas etapas, novos padrões e novas necessidades, a fim de se estabelecer uma base sólida para a construção do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias em fase de planeamento. Por uma questão de tempo, para já, vamos desenvolver os trabalhos de popularização científica que devem ser desenvolvidos em duas vertentes: a primeira são os trabalhos de generalização científica para os jovens, explorando e aproveitando, ao máximo, os recintos desportivos locais. O Centro de Ciência de Macau, enquanto suporte nuclear para a popularização científica, desempenha um papel de liderança e, no futuro, pode ser o centro de coordenação e planeamento de uma rede de instalações existentes destinada à popularização científica, como o Museu das Comunicações, o Pavilhão de Animais Embalsamados de Macau, o Museu Natural e Agrário, entre outros, que oferecem experiências científicas mais diversificadas aos jovens, ao público e aos turistas.

A segunda vertente são os trabalhos de popularização científica junto das pessoas de meia-idade e idosos, que devem ser agendados. Devido ao envelhecimento da população, o número de idosos que utiliza produtos tecnológicos de diversão no seu dia-a-dia aumentou. Os encarregados de educação devem ser incentivados a conhecerem e reconhecerem o valor das tecnologias de modo a que os jovens que pretendam dedicar-se às ciências obtenham o reconhecimento e o estímulo dos pais e dos mais velhos, factores indispensáveis para a obtenção de bons resultados. Sugere-se que as associações científicas e tecnológicas desempenhem bem o seu papel de orientadores e de ponte de ligação, para os trabalhos

puderem ser devidamente realizados, com solidez e de forma completa. Tomemos como referência a nova “Lei de popularização científica” da China, a qual promove a articulação dos recursos científicos e tecnológicos com a popularização científica. Assim, sugiro o seguinte: primeiro, incentivar a cooperação entre as empresas, as instituições de ensino superior e os serviços públicos, permitindo que as instituições de ensino superior disponibilizem adequadamente ao público os recursos e as instalações de investigação científica, tais como laboratórios. Segundo, através dos recursos científicos, tais como o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da tecnologia, atribuir uma certa percentagem de apoio financeiro às associações de ciência e tecnologia para a realização de actividades de popularização científica destinadas aos grupos acima referidos, para a promover no seio da sociedade e aumentar os conhecimentos científicos dos cidadãos.

Espera-se que, aproveitando a oportunidade da implementação da nova “Lei de popularização científica” do País, se acelere a construção de um sistema de popularização científica de alta qualidade, se promova a generalização científica, a inovação científica e tecnológica e a integração profunda da sua aplicação, contribuindo para o desenvolvimento diversificado da economia e para a construção de um país poderoso em ciência e tecnologia.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Ip Sio Kai.

Ip Sio Kai: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção de hoje é “Articulação com o 15.º Plano Quinquenal do País e integração plena no desenvolvimento nacional”

No dia 23 de Outubro, na 4.ª Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, foram aprovadas as Propostas do Comité para a formulação do 15.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social Nacional, que traçaram o roteiro para o desenvolvimento nacional nos próximos cinco anos, e formularam a importante decisão de “promover a prosperidade e a estabilidade de longo prazo nas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau”, clarificando a orientação para Macau na integração no desenvolvimento nacional e na concretização do desenvolvimento de alta qualidade nesta nova jornada.

Este plano constitui um passo crucial para concretizar basicamente a modernização socialista do nosso país até 2035 e proporciona oportunidades sem precedentes para o desenvolvimento da RAEM. Macau encontra-se no fim do seu 2.º Plano Quinquenal e está a

conceber o 3.º plano. Neste momento crucial, articular-se com o 15.º Plano Quinquenal do País é agir para concretizar as “quatro expectativas” do Presidente Xi Jinping para Macau, e é incontornável para conseguir o desenvolvimento de alta qualidade da RAEM. Perante a nova fase de desenvolvimento, há que transformar os dividendos estratégicos nacionais em energia cinética para o desenvolvimento de Macau, “empenhar-se na promoção da diversificação adequada da economia”, reforçar o papel como plataforma entre a China e os países lusófonos fazendo uso da vantagem institucional oferecida pelo princípio “Um País, Dois Sistemas”, assumir a missão como “bastião da abertura ao exterior do País” na conjuntura internacional mutável e “concentrar esforços na construção duma plataforma de abertura ao exterior de nível mais elevado”. Estas são questões a que o Governo de Macau e os sectores da sociedade têm de responder.

Segundo o comunicado, vários projectos prioritários do plano quinquenal vão ao encontro do desenvolvimento de alta qualidade de Macau. Assim, Macau pode aprofundar a cooperação no desenvolvimento de novas forças produtivas de qualidade, através dos laboratórios de referência nacional. A sessão plenária propõe “expandir a abertura ao exterior de alto padrão e abrir novas perspectivas para a cooperação de benefícios mútuos”, então Macau, enquanto plataforma luso-chinesa e porto franco de nível internacional, deve desempenhar bem o papel de bastião da abertura ao exterior. Quanto às finanças modernas, deve assumir um papel mais importante nas finanças transfronteiriças, finanças verdes, e finanças científicas e tecnológicas, em prol do desenvolvimento da economia nacional de alta qualidade.

Assim, apresento as três sugestões seguintes:

Primeiro, proponho a articulação com o Plano Quinquenal, em prol da integração de Macau no desenvolvimento do País, e que o Governo reforce a comunicação e a coordenação com os serviços e as comissões pertinentes da China, como o Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau, a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma, etc. Durante a formulação do 15.º Plano Quinquenal nacional, Macau deve alinhar-se com as estratégias nacionais, tirando partido das suas vantagens únicas e dos seus recursos, em prol do aprofundamento do seu posicionamento como “um centro, uma plataforma e uma base” e da articulação da sua “estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da indústria ‘1 + 4’ ” com o planeamento nacional. Proponho também que o Governo, ao formular o terceiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento de Macau, desenvolva um plano de acção e um roteiro de implementação faseada alinhados com o 15.º Plano Quinquenal nacional, promovendo assim a estratégia de desenvolvimento regional, definindo claramente as prioridades de apoio político e as áreas de foco da alocação de recursos, em prol da articulação do desenvolvimento de Macau com as estratégias nacionais.

Segundo, proponho a concentração na transformação industrial e no desenvolvimento

de novos motores de crescimento. Proponho que a orientação política e industrial da RAEM esteja em estreita consonância com a estratégia nacional para fomentar novas forças produtivas durante o período do 15.º Plano Quinquenal. Há que dar prioridade ao desenvolvimento de indústrias distintivas, como as de inovação científica e tecnológica, finanças modernas, cuidados de saúde e convenções e exposições. Os esforços devem centrar-se na introdução e no fomento de um conjunto de novos projectos industriais com forte força motriz e elevada competitividade internacional, acelerando a transformação e a modernização da estrutura industrial de Macau. Há que participar activamente no desenvolvimento da Grande Baía, para promover uma sinergia económica de alto nível e um alinhamento profundo das regras com a Zona de Cooperação Aprofundada e Macau, a par de um fluxo transfronteiriço eficiente e conveniente de vários elementos, em prol do desenvolvimento de agrupamentos industriais competitivos a nível internacional. Ao mesmo tempo, aproveitando as vantagens de plataformas como os laboratórios nacionais de referência, promovendo uma integração profunda de indústria-universidade-investigação, injectando assim um novo impulso no desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Terceiro, proponho que se reforce a aprendizagem e a divulgação para reunir o consenso social. Proponho que o Governo lance uma série de campanhas de divulgação e educação, utilizando diversos canais para chegar a um consenso social sobre o alinhamento com o desenvolvimento nacional, estimulando a motivação intrínseca de Macau para neste se integrar. Por um lado, o espírito da 4.ª Sessão Plenária e do 15.º Plano Quinquenal deve ser incorporado no sistema de formação dos funcionários públicos, com cursos específicos criados para elucidar sobre as estratégias de desenvolvimento nacional e o posicionamento de Macau, reforçando assim a eficácia da governação administrativa e a capacidade de alinhamento com as estratégias nacionais. Por outro lado, há que reforçar a divulgação dirigida a toda a comunidade. As actividades online e offline, como palestras temáticas, exposições comunitárias e actividades escolares contribuirão para reforçar a compreensão e a participação dos jovens, do sector empresarial e de todos os residentes em relação às propostas do Plano Quinquenal, e a interpretação do conteúdo relacionado com as condições de vida das pessoas, fortalecendo assim a consciência e a confiança dos residentes de Macau no desenvolvimento nacional e promovendo uma boa atmosfera em que “todos se preocupam com o Plano Quinquenal e todos participam no desenvolvimento”.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Kou Kam Fai.

Kou Kam Fai: Obrigado, Senhor Presidente.

Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção de hoje é “Unir as forças de todos para os Jogos Nacionais criando um novo capítulo diversificado para Macau”.

A 15.^a edição dos Jogos Nacionais será realizada por Guangdong, Hong Kong e Macau, e faltam menos de duas semanas para a cerimónia de abertura. Este é o primeiro grande evento desportivo nacional organizado pelas três regiões, sendo também um marco importante para a integração de Macau no desenvolvimento nacional. Macau vai acolher as provas de ténis de mesa, basquetebol 3, basquetebol (masculino sub 18), voleibol sénior (feminino) e karate, bem como duas competições de badminton nos Jogos Nacionais para Pessoas Portadoras de Deficiência e Jogos Olímpicos Especiais Nacionais. Trata-se não só da confiança e afirmação do País, como também de um evento precioso para demonstrar a vitalidade e capacidade de organização de competições de Macau.

Neste momento, os trabalhos preparatórios da Zona de Competição de Macau já se encontram na recta final, sendo notável o profissionalismo em diversas vertentes, tais como instalações e recintos, organização da competição, serviços de recepção, trânsito, etc. O que nos deixa mais emocionados é o empenho e dedicação dos voluntários e cidadãos de Macau nos serviços e trabalhos, o que espelha plenamente a boa tradição de Macau, isto é, de bom acolhimento e hospitalidade. Devemos agarrar esta oportunidade histórica, aprofundando as estratégias de desenvolvimento “Desporto +”, a fim de injectar nova dinâmica no desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Assim, a meu ver, há que partir das seguintes duas vertentes para reforçar e concretizar os respectivos trabalhos:

1. Estimular uma nova dinâmica económica com o “Desporto +”. Os Jogos Nacionais são uma oportunidade importante para promover a indústria “turismo + desporto”. Devemos aproveitar plenamente as vantagens dos recursos do turismo cultural de Macau e devemos promover pacotes turísticos com características locais, tais como “excursões + pontos turísticos + hotéis”, para ajudar a prolongar o tempo de estadia por parte dos visitantes e aumentar o consumo. É de esperar que o efeito sinérgico dos Jogos Nacionais e do Grande Prémio, entre outros eventos internacionais, enriqueça ainda mais o conceito de “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. Além disso, através de uma orientação razoável é possível que o consumo chegue a todos os bairros comunitários, que contribua para impulsionar o desenvolvimento conjunto das pequenas e médias empresas e traga benefícios económicos a todos.

2. Aproveitar os Jogos Nacionais como oportunidade para consolidar os alicerces do desenvolvimento. Devemos tomar este evento como novo ponto de partida, estabelecendo e aperfeiçoando mecanismos de desenvolvimento de longo prazo para os assuntos desportivos. Por um lado, importa continuar a promover o desporto para toda a população e desenvolver

actividades diversificadas do desporto para todos, a fim de integrar o espírito desportivo na vida quotidiana da população e na educação escolar; por outro lado, devemos aprofundar a cooperação regional, reforçando a construção conjunta da base de formação de Guangdong, Hong Kong e Macau, com vista a elevar o nível desportivo do território. O mecanismo de cooperação das três localidades -“projectos comuns, políticas alinhadas, regras unificadas”- adjacente aos Jogos Nacionais, reflecte plenamente a prática dinâmica do desenvolvimento inovador de cooperação regional no âmbito do princípio “um país, dois sistemas”. Macau é desde sempre uma cidade vibrante e hospitaleira. A realização dos Jogos Nacionais proporciona-nos a oportunidade de mostrar a todo o país o encanto e o calor humano de Macau. Vamos aproveitar este grande evento desportivo para transformar a vitalidade de Macau em força motriz de desenvolvimento e o espírito desportivo em força de progresso, construindo, em conjunto, um Macau mais próspero, harmonioso e feliz.

Acreditamos que, com os esforços conjuntos de todos os sectores da sociedade, conseguimos realizar este evento com sucesso, fazendo com que o conceito de “Macau Dinâmico” brilhe e o de “Macau feliz” se enraíze no coração das pessoas!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Ma Chi Seng.

Ma Chi Seng: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde a todos.

Hoje é a minha primeira intervenção no período de antes da ordem do dia na VIII Legislatura. Gostaria, antes de mais, de dirigir ao Senhor Presidente, a todos os colegas e aos residentes de Macau as minhas saudações e o meu sincero agradecimento.

Há pouco tempo, encerrou, com sucesso, a 4.ª Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, e foram deliberadas e aprovadas as “propostas do Comité Central do PCC para a formulação do 15.º Plano Quinquenal para o desenvolvimento económico e social nacional”, desenhando um grande plano para o futuro desenvolvimento do País e dando um novo rumo ao desenvolvimento qualitativo do princípio “Um País, Dois Sistemas” para Macau nesta nova era.

Macau, enquanto testemunha, participante e beneficiário da grande causa “Um País, Dois Sistemas”, deve, sob a liderança unida do Governo de Macau, aprender seriamente e implementar o espírito da 4.ª Sessão Plenária, integrar-se activamente no desenvolvimento nacional e contribuir para o desenvolvimento da modernização da China. Face ao exposto, apresento as três sugestões seguintes:

Primeiro, contar bem a história da China e de Macau, tendo como base a prática de “Um País, Dois Sistemas” na nova era. O princípio “Um País, Dois Sistemas” é uma garantia fundamental para a prosperidade e a estabilidade de Macau, sendo também uma das suas vantagens mais peculiares. Devemos compreender profundamente o significado de “Um País, Dois Sistemas” para a estabilidade a longo prazo de Macau, o desenvolvimento nacional, e a paz e o desenvolvimento mundial, demonstrando de forma vívida a grande vitalidade desse princípio perante o Interior da China e o exterior. Além disso, devemos aperfeiçoar, de forma contínua, o sistema e os mecanismos de defesa da segurança do Estado, colocar sempre em primeiro lugar a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento do País, defender com firmeza a administração integral do Governo Central, e desenvolver e fortalecer, constantemente, as forças patrióticas e de amor a Macau, para assegurar a implementação estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas” e injectar a força motriz de Macau na reunificação pacífica da Pátria e no renascimento da Nação Chinesa.

Segundo, tomar “Macau+Hengqin” como ponto de apoio para acelerar a diversificação adequada da economia. A disposição da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin pelo Governo Central tem como objectivo principal resolver as dificuldades da estrutura industrial monolítica de Macau e promover o desenvolvimento da diversificação adequada da sua economia. Macau deve tomar a iniciativa de se articular com o 15.º Plano Quinquenal do País e com a estratégia de construção da Grande Baía, com a missão principal de concretizar, com alta qualidade, os objectivos de desenvolvimento da segunda fase dessa Zona, aprofundando a cooperação económica, a articulação de normas e a integração de recursos entre Macau e Hengqin nas áreas principais como a investigação científica e tecnológica, e a indústria de manufactura de alta tecnologia; a medicina tradicional chinesa; a cultura, o turismo, as convenções, as exposições e o comércio; e as finanças modernas. Terceiro, com o apoio de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”, criar uma plataforma de abertura ao exterior de alto nível. “Com o apoio da Pátria e a sua ligação ao mundo”, Macau possui o posicionamento de desenvolvimento de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base” — um importante elo de ligação entre o Interior da China e o resto do mundo. Macau deve aproveitar, em conjugação com o desenvolvimento das indústrias cultural e desportiva, as vantagens do intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente, promovendo e desenvolvendo eventos desportivos internacionais de marca, a fim de permitir que a cultura se torne uma ponte de ligação entre os povos da China e dos Países de Língua Portuguesa. Ao mesmo tempo, deve-se promover o desenvolvimento integrado da cultura, do desporto e do turismo, para dinamizar a cooperação económica e comercial, optimizando o ambiente de negócios, aperfeiçoando as regras de serviços jurídicos transfronteiriços e atraindo recursos internacionais de turismo cultural, desporto e comércio, para permitir que Macau desempenhe melhor o seu papel de elo na construção de “Uma Faixa, Uma Rota” e se torne uma janela destacada de alto nível para a abertura do País ao exterior.

No futuro, espero poder, em conjunto com todos os colegas, concretizar as três expectativas apresentadas pelo Chefe do Executivo aos Deputados da nova Legislatura, em articulação proactiva com as estratégias nacionais, com concentração no desenvolvimento económico, na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da harmonia, e cooperando para promover uma interacção virtuosa entre o Órgão Legislativo e o Governo, com o objectivo de assegurar o desenvolvimento de alta qualidade de Macau através de resultados legislativos de alta qualidade.

Obrigado.

Presidente: De seguida, passo a palavra ao Senhor Deputado José Maria Pereira Coutinho.

José Maria Pereira Coutinho: O título da minha intervenção de hoje é o seguinte: “As expectativas dos cidadãos para as LAG do Ano Financeiro de 2026”

Neste primeiro Plenário, da VIII Legislatura, da 1.^a sessão legislativa, permita-nos, em primeiro lugar, desejar a V. Exa., Senhor Presidente, os nossos votos de total sucesso no exercício deste importante cargo de responsabilidade que, creio, exercerá sempre em prol da RAEM e dos cidadãos de Macau.

Brevemente, serão divulgadas as LAG para o Ano Financeiro de 2026, e as expectativas dos cidadãos são bastantes elevadas quanto à implementação de políticas eficazes que visem equilibrar, por um lado, o consumo externo e interno por parte dos residentes.

Os jovens e os cidadãos de média idade, muitos deles desempregados há vários anos ou a exercerem trabalhos a tempo parcial de longa duração, esperam por políticas que originem mais postos de trabalho a tempo inteiro e menos a tempo parcial e de longa duração. Simultaneamente, esperam que seja diminuído o número de trabalhadores não residentes, nomeadamente os que trabalham em actividades administrativas e em outras actividades económicas que manifestamente poderiam ser ocupados por estes residentes.

Os idosos esperam pela atribuição dos cartões electrónicos de consumo, para aliviar a carestia de vida, nomeadamente, o constante aumento dos preços dos principais bens essenciais. Está provado que esses cartões são eficazes no apoio às PME e dinamizam activamente o consumo interno. Também têm a esperança de que sejam introduzidas políticas de apoio à construção de asilos públicos de qualidade e que seja diminuído o actual “tempo de espera” para serem aceites nos asilos na dependência das autoridades competentes. Em muitos destes asilos o tempo de espera é de mais de dois anos e alguns idosos falecem mesmo antes de poderem entrar nos asilos.

Actualmente, devido à ausência de políticas eficazes, as PME, pequenos negócios, sobrevivem com muitas dificuldades, sendo necessário implementar políticas de apoio, com juros bonificados. Ou seja, em vez de as instituições bancárias negociarem e cobrarem juros, o custo do financiamento deveria ser suportado pelas autoridades competentes, ou seja, atribuindo-se um subsídio que cubra parte ou a totalidade dos juros.

Deve ser modernizada a actual legislação referente ao imposto profissional e complementar, permitindo deduções fiscais quanto às doações pecuniárias a instituições de caridade, religiosas e associações sem fins lucrativos, principalmente aquelas que não recebem qualquer apoio financeiro por parte do Governo de Macau.

Para elevar o mercado de concorrência com as Regiões adjacentes, a reforma da Administração Pública deve incidir na redução da burocracia para abertura e formalização de empresas e contas bancárias. Devem, igualmente, ser introduzidas políticas públicas que incentivem as iniciativas para renegociação de dívidas dos cidadãos com património negativo, devido à desvalorização abrupta do preço dos imóveis.

Esta “queda abrupta” dos preços dos imóveis e residências, para além de aumentar o número de famílias endividadas, continua a afectar o investimento e a confiança dos consumidores, devendo, nas próximas LAG de 2026, ser implementadas políticas para estabilizar o mercado imobiliário, nomeadamente com a redução do valor do pagamento inicial, na compra de casa, para 20%.

Neste momento, a recessão do mercado imobiliário de Macau continua a retroceder, com uma “queda real” do preço por metro quadrado das transacções, sem sinais de “travagem” para o futuro.

O Governo de Macau tem a obrigação de implementar medidas justas para estabilizar e equilibrar o mercado imobiliário, ponderando a introdução de um regime de bonificação de 4% no crédito para aquisição ou locação financeira de habitação própria.

O Governo de Macau deve proceder à revisão e uniformização urgente dos diversos tipos de impostos, instituindo-se um sistema tributário baixo, reduzindo as taxas notariais, taxas de escritura, imposto de selo e outros impostos associados à compra de imóveis, de forma a reduzir os encargos financeiros dos residentes na aquisição de imóveis e incentivá-los a mudar de casa, estabilizando assim a confiança do mercado.

À semelhança da Hong Kong, que instituiu um regime de investimento em capital de risco, “venture capital”, e outras opções de investimento empresarial com valor mínimo significativo, a RAEM deve aumentar a sua competitividade no âmbito da atracção de capitais, introduzindo-se políticas de imigração por investimento, para atribuir o direito de

residência aos que tenham um mínimo de 30 milhões de patacas em activos, dos quais 15 milhões em lojas, escritórios ou edifícios industriais e os outros 15 milhões de patacas em residências.

Estas medidas servem para atrair empresas com liquidez e capacidade de empregar mais trabalhadores locais e dinamizar o mercado imobiliário, atraindo investidores do estrangeiro e do Interior do Continente, num ambiente de negócios seguro e previsível, com incentivos fiscais, infra-estruturas de qualidade, capital humano qualificado e processos administrativos desburocratizados e eficientes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Che Sai Wang.

Che Sai Wang: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas:

O tema da minha intervenção de hoje é “Promover o desenvolvimento do emprego dos jovens e aperfeiçoar o regime dos funcionários públicos”.

Caros Colegas, hoje é o primeiro plenário da 8.^a Legislatura da Assembleia Legislativa e é com grande honra que participo nesta nova Legislatura, em conjunto com os meus colegas, e estou ciente da grande responsabilidade que me cabe assumir. Nos próximos quatro anos, vou continuar a transmitir à AL as verdadeiras solicitações dos cidadãos e a incentivar o Governo a dar atenção aos temas mais relevantes da sociedade, para aperfeiçoar as políticas e elevar, de forma significativa, a eficácia da acção governativa e atender às necessidades da população.

Hoje, gostaria de me concentrar em dois temas que merecem a atenção da sociedade: o primeiro é o problema do desemprego juvenil, e o segundo é o aperfeiçoamento do regime de aposentação dos funcionários públicos e a perda significativa de recursos humanos. Parece que estes dois aspectos estão separados, mas, na verdade, estão relacionados. Encarar os referidos temas é muito importante para o desenvolvimento social a longo prazo. Em primeiro lugar, gostaria de abordar a questão do emprego dos jovens. Nos últimos anos, as oportunidades de emprego dos jovens de Macau têm sido gravemente afectadas pela instabilidade da conjuntura internacional. O Governo esforçou-se muito nas políticas de educação, para que os estudantes pudessem inscrever-se nos cursos de que gostam, a um custo baixo. No entanto, muitos jovens, após a conclusão dos cursos, apercebem-se de que o mercado carece dos postos de trabalho correspondentes, o que leva a que “não consigam aplicar o que aprenderam” e, aliás, devido à grave situação de desemprego, não conseguem

arranjar trabalho ou estão desempregados há muito tempo. Alguns dos jovens são obrigados a trabalhar no exterior, mas há outros que, por terem recebido bolsas, estão obrigados a prestar serviços em Macau, o que os coloca numa situação difícil. Isto desperdiça os limitados recursos sociais do Governo e, ainda, resulta na grave perda de quadros qualificados. Os jovens são o futuro de Macau, e se, a longo prazo, não houver uma saída para eles, a confiança e a estabilidade da sociedade serão afectadas.

A meu ver, o Governo deve concretizar efectivamente a estratégia da diversificação adequada da economia “1+4”, promover a diversificação industrial e criar para os jovens locais mais postos de trabalho especializados, para poderem aplicar os conhecimentos adquiridos e permanecerem em Macau, concretizando, assim, a meta estratégica de longo prazo. Mais, o Governo deve dar importância à optimização do regime de aposentação dos funcionários públicos e à falta de recursos humanos. Com o crescente número de funcionários que atingem ou estão prestes a atingir a idade da aposentação, muitos serviços públicos não conseguem suprir atempadamente os recursos humanos, resultando na situação de que uma tarefa inicialmente para cinco pessoas passa a ser assumida apenas por duas, ou até uma, aumentando bastante a pressão. Isto afecta gravemente o moral nos serviços e, a longo prazo, prejudica a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

Além disso, alguns trabalhadores do Regime de aposentação e sobrevivência já têm tempo de serviço e antiguidade suficientes para a reforma, mas a lei vigente não está actualizada, prevendo várias restrições que impedem que estes trabalhadores diligentes peçam a antecipação da aposentação, libertando as suas vagas para os jovens de Macau. Na realidade, agora, uma boa parte dos trabalhadores da Função Pública tem vontade de se aposentar. Assim, proponho ao Governo que reveja o respectivo regime e estude a criação de um regime mais justo e flexível, permitindo a aposentação voluntária das pessoas que preencham os requisitos, para aliviar a pressão dos recursos humanos e proporcionar mais oportunidades aos jovens para ingressarem na equipa de funcionários públicos, aumentando assim a sua vitalidade. O emprego dos jovens e o regime dos funcionários públicos são, de facto, dois temas que se interligam. Os jovens precisam de mais experiência e oportunidades de emprego, e a equipa de funcionários públicos também precisa de mais sangue novo para recuperar a vitalidade. Se o Governo conseguir reflectir globalmente sobre os actuais problemas nucleares da sociedade e promover activamente o aperfeiçoamento das respectivas políticas, tal não só poderá ajudar os jovens a arranjar emprego, como também poderá melhorar o grau de saúde da estrutura dos recursos humanos da Função Pública, alcançando-se assim um resultado win-win, e promovendo-se a estabilidade social a longo prazo.

Espero que o Governo possa avaliar seriamente esses problemas e apresente medidas concretas para melhorar efectivamente as condições de emprego dos jovens, aperfeiçoar o regime de aposentação dos funcionários públicos e assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, construindo, assim, uma base mais sólida para o desenvolvimento de

Macau. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Lam Fat Iam.

Lam Fat Iam: Senhor Presidente, Caros Colegas:

O tema da minha intervenção de hoje é “Acelerar a implementação do conceito ‘Macau Cultural’ sob orientação do espírito da 4.^a sessão plenária do Comité Central do Partido Comunista da China”.

Na semana passada, o Governo Central convocou a 4.^a Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, na qual foi apreciada e aprovada a proposta do ‘15.º Plano Quinquenal’, delineando o desenvolvimento estratégico futuro do País. A 4.^a Sessão Plenária enfatizou que se deve estimular a vitalidade da inovação cultural de toda a nação, enraizar a civilização chinesa, fazer prosperar a causa cultural, desenvolver a indústria cultural, elevar a influência da cultura chinesa e transmiti-la, e desenvolver uma cultura socialista com características chinesas na nova era, com uma forte orientação ideológica, vigorosa coesão moral, grande apelo de valores e excelente influência internacional. Estes temas e o seu espírito estão em consonância com a visão da acção governativa de “Macau cultural” e revestem-se de grande inspiração para o nosso desenvolvimento.

Primeiro, devemos herdar o espírito de amar a Pátria e Macau, e desenvolver uma sociedade caracterizada pela coesão, harmonia e inovação. O amor pela Pátria e por Macau são os nossos valores nucleares, e a base da implementação bem-sucedida do princípio “Um País, Dois Sistemas”, devendo ser transmitido de geração em geração, de forma estável e duradoura. Macau está a entrar numa nova fase de desenvolvimento de alta qualidade e está perante novas missões, como a integração na Grande Baía e a transformação diversificada da economia, e, através da inovação cultural, deve-se criar um novo espírito de coesão, tolerância, inovação e empenho, para toda a sociedade poder contribuir para o espírito da renovação e gerar um novo modelo de desenvolvimento com uma nova fisionomia. Assim, devemos continuar a inovar as formas educativas e de difusão cultural, para contar aos jovens de Macau, de forma mais atraente, as histórias do desenvolvimento da China, aumentando a confiança cultural, e com isso consolidar a pertença de identidade e os sentimentos nacionais.

Segundo, há que promover, de forma pragmática e inovadora, a construção de “Uma Base de Intercâmbio e Cooperação para a Promoção da Coexistência Multicultural, com Predominância da Cultura Chinesa”, cuja apresentação aconteceu há anos e que precisa de contar com novas medidas e acções em termos da definição institucional e dos elementos complementares. O Governo da RAEM empenha-se em criar uma zona cultural e turística a nível internacional, isto é, uma instalação cultural de relevância dotada de influência internacional, valores simbólicos e padrões elevados, com vista a disponibilizar suportes

materiais e espaços de desenvolvimento, necessários e relevantes, para a construção de “Uma Base” e a aceleração da promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia. A construção dessa zona internacional consiste em criar uma zona onde se concentrem as instalações culturais polivalentes de elevados padrões internacionais, o que vai contribuir para formar um sistema de instalações culturais públicas de alta qualidade em Macau, optimizando a organização dos recursos e das respectivas funções. Isto vai trazer novas oportunidades para o desenvolvimento das actividades e indústrias culturais e do turismo cultural, portanto, há que acelerar a sua implementação.

Terceiro, há que realizar as vantagens únicas de Macau, dando novo contributo para aumentar a difusão e a influência da civilização chinesa. Com a rica base de intercâmbio entre as culturas orientais e ocidentais, e os posicionamentos estratégicos da plataforma para a cooperação com os países de língua portuguesa e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, Macau tem de se desenvolver como ponto estratégico para a divulgação global da civilização chinesa. Há que recorrer ao aprofundamento do diálogo entre as culturas chinesa e portuguesa para uma articulação com a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, a fim de promover o aprendizado mútuo e a coexistência entre a excelente cultura tradicional chinesa e as civilizações diversificadas, aumentando a influência narrativa ao nível global. Macau deve assumir o papel de ponte entre os chineses retornados do exterior e as diásporas chinesas, estimulando a dinâmica da comunidade dos chineses ultramarinos e unindo forças conjuntas ao nível difusivo, com vista a oferecer uma “proposta de Macau” para a difusão global da civilização chinesa. O espírito inerente à 4.ª Sessão Plenária vem consolidar o rumo do desenvolvimento cultural de Macau, e Macau deve tomá-lo como orientação e oportunidade, a fim de unir as forças para, sob um elevado grau de senso de responsabilização e vocação, inovar e avançar com a construção, de forma acelerada, de uma “Macau cultural”.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Senhora Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Senhor Presidente.

Caros Colegas:

O tema da minha intervenção de hoje é “Tomar como orientação o espírito da sessão plenária e planear um novo capítulo para o desenvolvimento diversificado de Macau”.

Recentemente, a 4.ª sessão plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China encerrou com sucesso em Pequim, e nela foram deliberadas e aprovadas as propostas do Comité, para a formulação do 15.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social Nacional, que definem claramente os principais objectivos do desenvolvimento no

período desse “Plano” e os “seis princípios de desenvolvimento persistentes”, tendo sido elaborado um planeamento de alto nível para o desenvolvimento nacional nos próximos cinco anos, o que constitui uma orientação fundamental e uma grande oportunidade para Macau se ancorar na direcção de um desenvolvimento de alta qualidade e se integrar profundamente no desenvolvimento nacional.

Este ano é o último do 2.º Plano Quinquenal de Macau, e o desenvolvimento económico e social entra numa fase crucial de ligação entre o passado e o futuro. O Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, afirmou claramente que vai unir todos os sectores da sociedade para agarrar nas oportunidades estratégicas do “15.º Plano Quinquenal”. Neste contexto, é premente para Macau entrar em linha, com precisão, com esse Plano do País, e planear e elaborar, de forma científica, o seu 3.º Plano Quinquenal, para garantir que o desenvolvimento da RAEM esteja sempre em sintonia com as estratégias nacionais. Promover a estratégia industrial “1+4” é um caminho nuclear para a construção de uma nova conjuntura de desenvolvimento e a concretização de um desenvolvimento de alta qualidade de Macau. Esta estratégia é altamente compatível com as exigências da sessão plenária - “manter o desenvolvimento económico como tarefa central, o desenvolvimento de alta qualidade como tópico principal”, e corresponde, com precisão, à “promoção de forma coordenada do planeamento global ‘cinco em um’”. A sessão plenária lançou o objectivo de “estimular o dinamismo para a inovação e a criação culturais e fazer prosperar o desenvolvimento cultural”, proporcionando um plano de acção para que Macau se possa desenvolver com características próprias com base no seu posicionamento como “Uma Base”.

No passado, com o apoio do Governo Central, o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau alcançou resultados faseados. Face à complexidade e às transformações da conjuntura internacional e da concorrência regional, a diversificação industrial continua a ser árdua e premente. Em particular, as indústrias cultural e desportiva ainda se encontram numa fase crucial de desenvolvimento, pelo que, sob a orientação do espírito da Sessão Plenária, é necessário, urgentemente, tomar a iniciativa de as articular com os objectivos de desenvolvimento do 15.º Plano Quinquenal do País, a fim de acelerar a sua modernização. Face ao exposto, deve-se aproveitar a oportunidade da realização dos Jogos Nacionais para transformar a experiência de organização, os recursos das instalações e a influência da marca nas competições realizadas em Macau de ténis de mesa e basquetebol de três, como força motriz de desenvolvimento a longo prazo para as indústrias cultural e desportiva, consolidando as bases do desenvolvimento industrial.

Ao mesmo tempo, devem ser lançadas políticas de apoio mais direccionadas, estimulando a vitalidade inovadora e criativa da cultura local, promovendo a integração profunda entre os recursos culturais e a indústria turística, e criando PI (propriedades intelectuais) turístico-culturais de atractividade internacional com características próprias de Macau, a fim de enriquecer o conteúdo da estratégia de desenvolvimento industrial “1+4”.

Neste novo marco histórico, deve-se adoptar o espírito da 4.^a Sessão Plenária do 20.º Comitê Central como “bússola”, a estratégia industrial “1+4” como “motor” e o desenvolvimento cooperativo regional como “suporte”. Só assim é que Macau pode, na onda da modernização ao estilo chinês, abrir um caminho de desenvolvimento de alta qualidade que não apenas manifesta, profundamente, as características próprias de Macau, como também se articula, precisamente, com as necessidades estratégicas do País, com o objectivo de continuar a contribuir com as forças de Macau para a construção de um país forte e para o rejuvenescimento nacional.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Lei Wun Kong.

Lei Wun Kong: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas:

O tema da minha intervenção é “Articulação com o 15.º Plano Quinquenal, aprofundando a integração de Macau no desenvolvimento nacional”. A 4.^a sessão plenária do Comitê Central do Partido Comunista da China enfatizou a “promoção da prosperidade e da estabilidade a longo prazo nas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau” e deixou claro que o período de execução do 15.º Plano Quinquenal constitui uma fase crucial para consolidar as bases da modernização socialista. Assim, o País continuará a promover o desenvolvimento de alta qualidade, a inovação científica e tecnológica, o desenvolvimento regional coordenado e a abertura de alto nível. Serão ainda acelerados os esforços para construir uma China saudável, com a implementação de uma estratégia que priorize o desenvolvimento da saúde e coordene o desenvolvimento com a segurança, providenciando assim a salvaguarda e o apoio necessário ao progresso social e económico.

Para melhor implementar o espírito da 4.^a sessão plenária, apresento as seguintes sugestões:

1) Aproveitar as vantagens do princípio “Um País, Dois Sistemas” para assimilar os resultados mais recentes do estado de direito e do desenvolvimento científico e tecnológico relacionados com o exterior. Para construir uma plataforma de abertura ao exterior de alto nível, a RAEM precisa de aprender com os resultados mais recentes do direito europeu e do sistema jurídico do Interior da China, para melhorar e aproveitar, de forma contínua, o seu regime jurídico. Ao mesmo tempo, seja para promover a modernização dos sistemas e indústrias da Região Administrativa Especial, seja para implementar procedimentos relativos a litígios electrónicos ou garantir a convergência regulatória, é necessário aproveitar a capacitação tecnológica e os grandes modelos de IA da China, estabelecer bases de

conhecimento específico para cada domínio e implementá-las em vários sectores, aumentando assim a natureza sistemática e científica da formulação de políticas.

2) Salvar a paz e a estabilidade social. A RAEM deve aperfeiçoar de forma contínua os sistemas e mecanismos de defesa da segurança nacional e o sistema de assistência social, entre outros, para concretizar um desenvolvimento de alta qualidade e uma interação positiva e de alto nível na segurança, e para fortalecer o estudo e a análise dos riscos de segurança em todos os processos administrativos e legislativos.

3) Aprofundamento da cooperação regional e integração no desenvolvimento nacional. Primeiro, reforço da integração dos recursos de Macau e de Hengqin. Há que aproveitar bem o estatuto de porto franco, a baixa tributação, o sistema jurídico do direito continental, os quatro laboratórios de referência do Estado e o papel de plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, entre outras condições fundamentais de Macau, para este se articular activamente com a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e se integrar na conjuntura do desenvolvimento nacional. Importa ainda aproveitar bem as políticas do Governo Central e da zona de cooperação, e as vantagens em termos de custos, relativas a quadros qualificados e recursos do Interior da China, promovendo o intercâmbio e a cooperação entre Macau e o Interior da China nas áreas da medicina tradicional chinesa e da ciência e tecnologia, construindo uma cadeia industrial de “investigação e desenvolvimento + transformação + aplicação”, facilitando a investigação e desenvolvimento, a produção, a comercialização e a internacionalização de novos medicamentos chineses e biofármacos, impulsionando o desenvolvimento da macro saúde e da ciência e tecnologia em Macau. Segundo, acordos Regionais. Com o desenvolvimento da sociedade, é necessário chegar a mais acordos regionais entre Macau e o Interior da China, tais como no âmbito do reconhecimento e execução das providências cautelares processuais, e da cooperação judiciária em matéria penal. Além disso, o Governo da RAEM deve elaborar o “Regime Geral de Conciliação” e estabelecer os procedimentos gerais de conciliação em matéria civil e comercial, bem como as normas para a confirmação e a execução dos termos de conciliação nos tribunais, para criar condições favoráveis ao reconhecimento recíproco e à execução dos termos de conciliação entre o Interior da China e Macau.

Último, reforçar o intercâmbio e a cooperação na produção legislativa entre Macau e Zhuhai. Aproveitar, de forma colaborativa, os poderes legislativos da RAEM e da Zona Económica Especial de Zhuhai. Por exemplo, em Macau a ordem de preferência na sucessão é diferente de Zhuhai, assim, as duas regiões devem cooperar na produção legislativa centrada em problemas específicos, estabelecendo regras específicas para a sucessão de bens, tendo em conta as circunstâncias especiais da zona de cooperação (por exemplo, se o autor da sucessão for residente de Macau e este o último local de residência do falecido ou zona de cooperação, aplica-se o direito de Macau), evitando incertezas sobre a lei a aplicar aos residentes de Macau, que por razões de mera necessidade vivem e trabalham na zona de

cooperação ou vivem nos dois lados ou evitando alteração das regras de sucessão de Macau que lhes forem aplicáveis.

Em suma, para melhor implementar o espírito da 4.^a sessão plenária, o Governo da RAEM tem vindo a empenhar-se nos trabalhos do seu “3.º Plano Quinquenal”, articulando as exigências da modernização chinesa com a modernização de Macau sob o princípio de “um país, dois sistemas”. Assim, até 2029 (ano do 30.º aniversário do retorno à Pátria), a contínua optimização do Estado de Direito da RAEM, o elevar do nível de boa governação, os resultados notáveis da diversificação adequada da economia, as “quatro novas” indústrias, que já ganharam dimensão, e a alta eficiência e o fluxo de recursos vão contribuir para uma melhor concretização dos seguintes quatro propósitos - “Macau alicerçado no Estado de Direito”, “Macau dinâmico”, “Macau cultural” e “Macau feliz”. E mais, em conjunto com o povo de todo o País, concretizar-se-á basicamente a modernização nacional até 2035, com a evidência clara das vantagens do princípio “um país, dois sistemas”, a consolidação do Estado de Direito e o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Senhora Deputada Wong Kit Cheng.

Wong Kit Cheng: Obrigada, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção de hoje é “Concretizar o espírito da 4.^a Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, acelerar o desenvolvimento integral das mulheres e aproveitar as suas novas contribuições para a nova jornada do desenvolvimento do País”.

Há dias, a 4.^a Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China concluiu-se com sucesso. Na reunião, foram analisadas e aprovadas as propostas para o 15.º Plano Quinquenal, estabelecendo o desenvolvimento de alta qualidade como a principal prioridade e definindo objectivos-chave, tais como, alavancar a inovação tecnológica para liderar a construção de um sistema industrial moderno. Isto traçou um novo plano para o desenvolvimento do País nos próximos cinco anos.

Ao entrarmos no período do 15.º Plano Quinquenal, Macau, como a pérola na palma da mão da Pátria, está pronta para abraçar novas oportunidades sem precedentes sob a salvaguarda institucional do princípio “Um País, Dois Sistemas”. Por conseguinte, Macau deve alinhar-se precisamente com as estratégias nacionais, planear de forma abrangente o seu 3.º Plano Quinquenal, concentrar-se na promoção da diversificação adequada da sua

economia, construir activamente “um Centro, uma Plataforma e uma Base” e demonstrar maiores contribuições no âmbito do avanço abrangente do País rumo a um desenvolvimento de alta qualidade. As mulheres são as principais criadoras, impulsionadoras e continuadoras da civilização humana, e a prosperidade e a estabilidade a longo prazo de Macau dependem da participação das mulheres. A “Conferência Mundial sobre a Mulher” foi realizada com sucesso em Pequim, sob o tema “Destino Comum: Acelerar o Novo Processo de Desenvolvimento Pleno das Mulheres”. Nesta, o Presidente Xi Jinping proferiu um importante discurso, apresentou, sistematicamente, os resultados históricos alcançados na causa das mulheres na China, e destacou a sabedoria e a força extraordinária das mulheres nas áreas do desenvolvimento económico, da governação social e da inovação científica e tecnológica, entre outras. O próximo ano marca o início do 15.º Plano Quinquenal do País e do 3.º Plano Quinquenal de Macau. Assim, na minha opinião, os diversos sectores sociais devem implementar o espírito da 4.ª Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China e o consenso alcançado na Reunião Global dos Líderes sobre Mulheres (The Global Leaders’ Meeting on Women), agarrando as oportunidades de transformação económica do País. A cooperação regional, o desenvolvimento industrial e a formação de talentos, entre outros, serão necessários para que Macau possa contribuir também para a modernização da China.

Assim, apresento as três sugestões seguintes:

Primeira, aprofundar a articulação com o planeamento nacional e criar uma nova configuração de desenvolvimento de Macau e Hengqin. Devemos empenhar-nos na promoção da construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, acelerando o desenvolvimento aglomerado das “quatro novas indústrias”. É necessário estimular ainda mais o entusiasmo, a iniciativa e a criatividade de toda a população de Macau, e continuar a promover a melhoria da sua vida social e a integração aprofundada dos serviços públicos entre os dois lados da fronteira, para transformar verdadeiramente a estratégia de desenvolvimento regional do País numa melhoria da economia e do bem-estar da população de Macau, aumentando o seu sentimento de felicidade e de realização. Ao mesmo tempo, é necessário promover a consolidação e a elevação do actual sector integrado de turismo e lazer de Macau, e aprofundar a sinergia entre as indústrias das duas regiões, reforçar a promoção da investigação e do desenvolvimento da medicina tradicional chinesa, a tecnologia de ponta, o sistema financeiro com características próprias, e as convenções e exposições e o comércio, entre outras indústrias emergentes. Através do modelo “Macau+Hengqin”, deve-se construir um sistema industrial moderno e resiliente, concretizar a integração em vários níveis da economia e da vida da população das duas regiões, e promover o desenvolvimento de alta qualidade da integração Macau-Hengqin.

Segunda, reforçar o apoio aos quadros qualificados e promover um novo avanço na diversificação industrial. Aperfeiçoar o sistema integrado de “introdução, formação, uso e

retenção”, que combina a introdução de quadros qualificados internacionais com a formação de jovens locais que amam a Pátria e Macau, desenvolvendo o papel orientador dos quadros qualificados internacionais de alto nível na construção industrial e na formação de talentos, e incentivar os jovens e as mulheres a entrarem no Interior da China e na Grande Baía, e ainda formar talentos com sentimentos patrióticos e ligados ao desenvolvimento regional, construção de indústrias, participação social, etc., formando assim quadros qualificados de alta qualidade a nível internacional. Ao mesmo tempo, aproveitando a orientação estratégica da autodeterminação e autofortalecimento da ciência e tecnologia, aprofundando a inovação colaborativa e a transformação dos resultados da indústria-academia-investigação, desenvolvendo as vantagens da investigação científica dos quatro Laboratórios de Referência do Estado de Macau, e reforçando a cooperação entre escolas e empresas, formar sinergias na transformação e aplicação dos resultados, a fim de fornecer apoio intelectual e força motriz para o desenvolvimento de alta qualidade do País e de Macau.

Terceira, otimizar o ambiente de desenvolvimento para promover um novo desenvolvimento da causa das mulheres. Há que responder activamente ao espírito da “Reunião Global dos Líderes sobre Mulheres”, assegurando ainda mais o direito destas à educação, ao emprego, ao desenvolvimento da carreira, à participação política, etc., criando um ambiente mais inclusivo e amigável para o crescimento e desenvolvimento das mulheres, e estimulando a sua força e sabedoria, para as mulheres de Macau desempenharem melhor o seu papel de “sustentar metade do céu” na promoção da modernização chinesa. Mais, importa reforçar o apoio às organizações de mulheres e jovens e aproveitar bem o status consultivo para organizações não governamentais junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, construindo uma plataforma para os jovens e um palco para as mulheres, desempenhando bem o importante papel de Macau como janela para a abertura de alto nível ao exterior e no âmbito da diplomacia civil.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Iau Teng Pio.

Iau Teng Pio: Obrigado, Senhor Presidente.

Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção de hoje é “Reforma do regime da administração pública e consolidação da base institucional da integração profunda de Macau na conjuntura do desenvolvimento nacional”.

Macau encontra-se numa fase crucial para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e uma integração profunda no desenvolvimento nacional. Na 4.^a

Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, foram mencionados os seis princípios do desenvolvimento económico e social do “15.º Plano Quinquenal”, sendo a elevação da eficiência dos serviços da Administração Pública e a promoção da reforma do seu sistema as principais medidas tomadas por Macau para concretizar o plano estratégico do País e corresponder às suas necessidades de desenvolvimento.

Assim, tendo em conta a realidade, apresento quatro sugestões concretas:

1. Quanto à optimização do mecanismo de gestão de recursos humanos, deve aditar-se, no “Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau” (ETAPM), disposições sobre a “mobilidade interna regular dos funcionários públicos”, definindo expressamente uma percentagem anual, para reforçar a qualidade global do pessoal. Deve-se ainda especificar as condições de candidatura, os procedimentos de análise e os prazos para a mobilidade interdepartamental, por forma a evitar que a circulação de quadros qualificados seja afectada devido à morosidade dos processos.

2. No âmbito da inovação digital dos procedimentos administrativos e da optimização do “Código do Procedimento Administrativo”, deve haver a concretização da “electronização e a desmaterialização dos procedimentos administrativos”, com vista a assegurar a digitalização dos assuntos administrativos.

3. Articulação do mecanismo de avaliação com as necessidades da vida da população. Propõe-se a revisão das “normas complementares do regime geral de avaliação do desempenho”. Deve proceder-se, através do sistema electrónico de procedimentos administrativos, à inserção dos indicadores nucleares de “eficácia dos serviços” e “qualidade de vida da população”. Ao mesmo tempo, o resultado da avaliação deve ser ainda mais pormenorizado e indexado à proporção da progressão na carreira, prémios e formação dos funcionários públicos, com vista a garantir que a avaliação sirva, verdadeiramente, o objectivo de o serviço público ter como centro a população.

4. Reforço da coordenação entre serviços e optimização da sua estrutura. Propõe-se atribuir aos SAEP competências legais para coordenar a electronização dos procedimentos administrativos e a partilha de dados entre os serviços, quebrando o fenómeno de “ilha isolada” de informações. Ao mesmo tempo, há que estabelecer indicadores de avaliação científica para a integração dos serviços públicos, como a taxa de sobreposição de funções e a taxa de cobertura dos serviços, entre outros, a fim de disponibilizar fundamentos científicos para a optimização da instalação dos serviços públicos.

As sugestões referidas visam, através da inovação de regimes, reforçar a eficiência da Administração Pública, contribuindo para a articulação da diversificação adequada da economia de Macau com as estratégias nacionais. Tal como referiu o Chefe do Executivo, o

Governo da RAEM vai continuar a concretizar o princípio “Um País, Dois Sistemas”, a aproveitar as oportunidades do 15.º Plano Quinquenal, a promover o desenvolvimento de Macau, e a contribuir para a modernização da China e o rejuvenescimento nacional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Ho Kevin King Lun.

Ho Kevin King Lun: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção de hoje é “Considerar o lançamento de ‘vales de consumo transfronteiriço 2.0’ para atrair turistas internacionais, em prol da vitalização das PME nos bairros comunitários”. Com a aceleração de um período de mudanças sem precedentes nos últimos 100 anos, e a complexa e mutável conjuntura político-económica internacional, a incerteza das flutuações económicas externas afecta, de forma profunda e constante, o ambiente económico de Macau, que é uma micro economia orientada para o exterior.

Com a atenção do Governo Central e sob a liderança do Governo da RAEM, o sector industrial e comercial de Macau e os outros sectores têm-se esforçado por reformar, autofortalecer-se e trabalhar em conjunto para promover a economia. De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, em termos homólogos, no segundo trimestre, o crescimento económico teve um aumento de 5,1 por cento e, no primeiro semestre, de 1,8 por cento. Nos primeiros três trimestres de 2025, entraram em Macau 29,67 milhões de visitantes, ou seja, um aumento anual de 14,5 por cento, isto é 98 por cento do nível do mesmo período de 2019. É uma boa notícia para o sector industrial e comercial, pois o aumento do número de visitantes pode promover o consumo relacionado com o turismo, e isto significa que o cartão-de-visita de Macau continua a revelar o seu encanto especial.

No entanto, com o abrandamento da economia mundial, o Fundo Monetário Internacional alertou recentemente que vai haver “graves riscos de declínio”. Face às mudanças do ambiente internacional, apesar do aumento do número de visitantes, a capacidade e a vontade de consumo são contidas. O valor total das despesas dos visitantes (excluindo o jogo) no primeiro semestre foi de 37,86 mil milhões de patacas, um ligeiro aumento anual de 0,2 por cento, enquanto o valor per capita diminuiu 12,8 por cento, para 1970 patacas. A mudança gradual do modelo de consumo local está a afectar sobretudo as PME nos bairros comunitários, pois estão a sentir forte pressão operacional.

Das empresas de Macau, 90 por cento são PME, que fornecem muitos postos de trabalho e constituem uma importante pedra basilar da estabilidade social e uma componente

importante para a promoção da diversificação adequada da economia. Uma eventual maior leva de falências de PME pode abalar a confiança da sociedade e da economia, e resultar numa crise económica irreversível. Assim, sugiro ao Governo que preste mais atenção à operação das PME, e lhes preste apoio adequado e atempado. Com vista a aumentar a confiança no mercado de consumo, e aproveitando os efeitos da realização da 15.^a edição dos Jogos Nacionais, assim como dos Jogos Nacionais para Pessoas Portadoras de Deficiência e dos Jogos Olímpicos Especiais Nacionais, o Governo e as associações comerciais lançaram uma grande actividade promocional de consumo intitulada “Força unida nos Jogos Nacionais - Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias”, que visa injectar uma nova dinâmica na economia. Desde o seu lançamento no dia 1 de Setembro, até agora, este plano conseguiu surtir algum efeito, o que permitiu uma melhoria das receitas das PME nos fins-de-semana, mas o consumo nos dias normais continua a ser insuficiente e a pressão de exploração é enorme nas zonas comunitárias.

Em 2020, o Governo lançou o plano de “Vales de Consumo Transfronteiriços” para incentivar o consumo, distribuindo cupões de consumo aos turistas que pagavam um determinado montante através da carteira electrónica. Segundo alguns dados de estudo, durante a implementação do plano, o valor do consumo através de pagamento electrónico aumentou cinco vezes, e o consumo foi ampliado para 10 a 15 vezes por cada pataca do cupão de consumo, impulsionando-o grandemente nos sectores de venda a retalho e da restauração. Sugere-se ao Governo que aprenda com as experiências de sucesso dos anos anteriores e estude a viabilidade de lançamento de planos semelhantes, tendo em conta as PME nas zonas comunitárias. O Governo deve também combinar a utilização de diferentes carteiras electrónicas e de formas inovadoras de recompensa, para produzir efeitos de alavancagem que estimulem o consumo dos turistas internacionais, dinamizando a economia comunitária.

A história do desenvolvimento de Macau esteve sempre ligada à economia “pequena mas bela” dos bairros comunitários; sem a dinâmica das PME, o consumo tenderá a oferecer a mesma experiência, e a vitalidade dos bairros comunitários e a experiência turística sairão enfraquecidas. Nesta nova era, o desenvolvimento das PME não é, de modo algum, uma simples política de transfusão de sangue, pois as PME têm-se esforçado incansavelmente e inovado constantemente, afirmando-se em Macau e virando-se para a Grande Baía, rumo à internacionalização. Espero que o Governo tome a iniciativa de estudar o lançamento de um “vale de consumo transfronteiriço 2.0” como ponto de partida para atrair os turistas internacionais a consumirem nas pequenas lojas, conjugando a alavancagem através de vários prémios e carteiras electrónicas, com vista a canalizar o poder de compra dos turistas para as zonas comunitárias, e a dinamizar a economia das PME. Ao mesmo tempo, procurar-se-á um maior espaço para estas participarem no desenvolvimento integrado da Grande Baía.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Senhora Deputada Loi I Weng.

Loi I Weng: Obrigada, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção de hoje é “Construir pontes e ‘escadas’ para o desenvolvimento dos jovens de Macau em alinhamento com o 15.º Plano Quinquenal”.

Há dias, realizou-se em Pequim, a 4ª sessão plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China, onde foi apreciada e aprovada a proposta do “15.º Plano Quinquenal”, com vista a delinear o plano de desenvolvimento social e económico do País. Com o início em breve do “15.º Plano Quinquenal”, que faz parte importante da estratégia de desenvolvimento do País, a RAEM deve aproveitar activamente as oportunidades históricas, implementar profundamente o espírito da referida sessão plenária e definir com precisão o seu próprio posicionamento de desenvolvimento, usufruindo plenamente das vantagens do regime “Um País, Dois Sistemas”; há que assumir uma visão prospectiva e adoptar medidas mais pragmáticas, articulando-se plenamente com as tarefas estratégicas apresentadas na 4ª sessão plenária, promovendo o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, e, no processo de integração na conjuntura do desenvolvimento nacional, alcançar o desenvolvimento sustentável e contribuir ainda mais para servir o País.

Neste processo, os jovens, enquanto força crucial para o futuro desenvolvimento de Macau, devem ter apoios ao crescimento e formação, e estes não são apenas da responsabilidade do Governo, antes resultam da articulação, sem sobressaltos, de Macau com o 15.º Plano Quinquenal e a concretização do seu desenvolvimento a longo prazo. Só através da prestação de apoio profissional mais abrangente e da construção de uma plataforma de desenvolvimento mais ampla é que se pode estimular, de forma mais eficaz, as potencialidades dos jovens, tornando-os na força principal da promoção do progresso social e da transformação económica de Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Apoiar o desenvolvimento profissional dos jovens e cultivar novas forças produtivas de qualidade em Macau. Os jovens são a nova força da inovação e da criatividade e a nova força motriz para o desenvolvimento de alta qualidade, e as suas capacidades profissionais e qualidades globais afectam directamente a qualidade e a velocidade da transformação industrial de Macau. Sugere-se que o Governo crie um grupo de trabalho interdepartamental para planear, implementar e reforçar, de forma abrangente, as medidas de apoio à formação profissional e ao emprego dos jovens. Tal deve estar em consonância com as orientações das indústrias emergentes delineadas no 15.º Plano Quinquenal relativas à economia digital, ao

desenvolvimento verde e ao sector da macro saúde, a par da estratégia de diversificação económica moderada de Macau, assim, há que incentivar os jovens a envolverem-se em aprendizagens aprofundadas e experiências práticas nos sectores da indústria transformadora de alta tecnologia, tecnologia financeira e criatividade cultural; aperfeiçoar continuamente o sistema de certificação profissional de Macau; apoiar os jovens na obtenção de certificações profissionais reconhecidas a nível nacional e internacional. Isto ajudará os jovens a expandir a sua trajetória profissional e a cultivar novas forças produtivas de qualidade para Macau que satisfaçam as exigências da nova era.

2. Criar uma base sólida já na fase do ensino não superior e formar uma cadeia completa de formação de quadros qualificados na área da inovação científica e tecnológica. A inovação científica e tecnológica é a força motriz principal para promover o desenvolvimento económico de alta qualidade. Sugiro ao Governo que aumente, já na fase do ensino não superior e de forma sistemática, os recursos para o ensino STEM, aperfeiçoe os programas curriculares, reforce a formação dos docentes, ofereça mais projectos de experiência na investigação científica, e alargue as fases e os grupos de estudantes abrangidos pelo Programa de Formação de Quadros Qualificados para a “Ciência e Tecnologia da Vila da Juventude”, criando conteúdos de diferentes níveis e temas e estendendo o programa a todo o ensino secundário, ou até ao ensino primário. Ao mesmo tempo, importa aproveitar plenamente as vantagens de Macau ao nível da investigação e das instalações de que os laboratórios de referência do Estado e as bases nacionais de educação científica dispõem, para oferecer mais oportunidades aos alunos do ensino primário e secundário para participarem em experiências laboratoriais e aulas de ciência e tecnologia, entre outras actividades de prática científica, estimulando o seu interesse e potencialidades na área da inovação científica e tecnológica. Convém ainda criar, em conjunto com as instituições de ensino superior de alto nível do Interior da China, “projectos de formação de quadros qualificados para as indústrias prioritárias”, para formar uma cadeia completa de formação de quadros qualificados que abranja o “ensino primário e secundário – ensino superior – indústrias”, preparando quadros qualificados de alta qualidade para o futuro desenvolvimento das indústrias de tecnologia de ponta em Macau.

3. Reforçar o papel de Macau enquanto “super ponto de ligação” e promover a participação dos jovens no palco internacional. Macau, enquanto centro de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e janela para o intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente, possui vantagens únicas no contexto da abertura de alto nível do País ao exterior. Sugiro ao Governo da RAEM que aperfeiçoe ainda mais o desenvolvimento da plataforma, promova a implementação de projectos de intercâmbio e formação de jovens talentos de Macau a nível internacional e apoie mais jovens locais a participarem em estágios de organizações internacionais, em intercâmbios e acções de formação no exterior e em empresas multinacionais, aumentando assim a sua capacidade de comunicação intercultural e de lidar com assuntos internacionais. Ao mesmo tempo, há

que aproveitar o posicionamento de desenvolvimento de “um centro, uma plataforma e uma base”, para criar actividades de intercâmbio internacional destinadas a jovens, bem como estabelecer um mecanismo de comunicação regular, criando uma extensa plataforma para os jovens de Macau participarem na cooperação internacional, apoiando-os na concretização do seu desenvolvimento individual, no processo de servirem as estratégias nacionais, reforçando, em simultâneo, o papel de ponte de Macau na abertura ao exterior.

Concluída a minha intervenção. Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Lee Koi Ian.

Lee Koi Ian: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde.

O tema da minha intervenção de hoje é “Reforçar o apoio às micro, pequenas e médias empresas na reconversão e valorização”.

Na recentemente 4.^a Sessão Plenária do 20.^o Comité Central do Partido Comunista da China, foram apreciadas e aprovadas as Propostas do Comité para a formulação do 15.^o Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social Nacional, que fazem menção a “promover a prosperidade e a estabilidade, a longo prazo, nas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau”. Face ao arranque desse plano, Macau tem de se articular, de forma proactiva, com o plano, e definir bem o seu posicionamento no desenvolvimento nacional, para transformar os dividendos políticos em energia cinética.

Neste momento, Macau encontra-se numa fase crucial da reconversão económica, e as micro, pequenas e médias empresas, que representam 97% das empresas de Macau e empregam cerca de 60% da população activa, são precisamente a força nuclear desta transformação. Essas empresas, enraizadas nos bairros comunitários, são os “vasos capilares” da nossa economia, e base importante para a estabilidade social. No entanto, face à conjuntura externa complexa e instável e à transformação do modelo de consumo, as micro e PME estão a enfrentar pressões operacionais e desafios sem precedentes na reconversão.

Assim, para ajudar as micro e PME na sua transformação e modernização para superar as dificuldades, apresento as seguintes quatro sugestões:

Primeiro, há que reforçar o apoio à transformação digital e tomar mais medidas para estimular o consumo. Actualmente, cerca de 1600 PME foram impulsionadas pelo Governo para conseguir a sua transformação digital. Sugiro que o Governo incorpore a transformação digital das micro e PME no planeamento de reconversão económica de Macau, a par de

alargar a cobertura do programa de “Serviços de Apoio à Digitalização das PME” para responder às necessidades imediatas e específicas das empresas. Durante períodos de volatilidade do mercado, há que tomar medidas oportunas de estímulo ao consumo, tais como emitir, novamente, cartões de consumo para reforçar a confiança no consumo e incentivar a vitalidade do mercado.

Segundo, implementar o plano de promoção de marcas de Macau para transformar o tráfego online em maior consumo. Aproveitar as características de consumo da nova geração, desenvolver o “Plano de promoção de marcas de Macau” com as principais plataformas sociais como o RedNote e o TikTok, prestar serviços de criação de conteúdos, apoiar o tráfego online e o contacto entre especialistas dos restaurantes e das lojas de lembranças e de produtos culturais e criativos, etc., ajudando as empresas locais a ultrapassar as restrições geográficas e a criar marcas de PI características de Macau, transformando o tráfego online em lucros do consumo offline.

Terceiro, aumentar a proporção de aquisição de bens e serviços e facilitar a participação das empresas no desenvolvimento diversificado das indústrias. Quanto às indústrias prioritárias, nomeadamente, turismo cultural, convenções e exposições e saúde, propõe-se que seja clarificada a proporção de aquisição de bens e serviços que o Governo e as grandes empresas atribuem às pequenas e médias empresas locais. Deve ser simplificado o processo de concurso e criada uma plataforma de ligação da cadeia de fornecimento, para que as micro, pequenas e médias empresas possam participar efectivamente na construção de indústrias não relacionadas com o jogo e se integrem na rota principal do desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Quarto, importa, em articulação com o plano de desenvolvimento dos jovens, injectar novas forças motrizes em prol da transformação. Perante a era da economia digital, proponho que o “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores” se articule com as necessidades de transformação das empresas e seja criada uma plataforma integrada de formação profissional. Há que integrar a formação profissional, os subsídios para o empreendedorismo e os recursos de formadores, com o reforço da formação prática em áreas emergentes, como as operações digitais e o comércio transfronteiriço. Deve-se ainda incentivar os jovens talentos a dedicarem-se às micro, pequenas e médias empresas, dando apoio na sua reconversão e valorização. A reconversão e valorização das micro e PME estão relacionadas com os resultados da diversificação adequada da economia. Precisamos de medidas a curto prazo e de estratégias a longo prazo que conduzam à valorização e reconversão das nossas indústrias. Espera-se que o Governo tenha uma visão mais prospectiva, políticas mais precisas e mecanismos de colaboração, para que as micro e PME, na sua reforma, “consigam, queiram e ousem transformar-se”, concretizando verdadeiramente a sua reconversão sustentável e de alta qualidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Chan Hao Weng.

Chan Hao Weng: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde.

O tema da minha intervenção de hoje é “Distribuir cartões de consumo para impulsionar a recuperação económica e ajustar os índices salariais dos trabalhadores da Função Pública para elevar o seu moral”.

De acordo com os dados estatísticos, a economia de Macau apresenta sinais de recuperação e, entre Janeiro e Setembro deste ano, as receitas do jogo atingiram 181,1 mil milhões de patacas, um aumento de 12 mil milhões em comparação com o período homólogo do ano passado, resultado que é muito encorajador. Mas, como o ambiente de negócios de muitas PME não melhorou, é frequente o encerramento de lojas, e muitas pessoas estão desempregadas e não conseguem arranjar emprego a tempo inteiro. Face a isto, os residentes esperam muito partilhar dos frutos do desenvolvimento económico e ter uma qualidade de vida melhor. Para além disso, a equipa dos trabalhadores da Função Pública, como força principal na acção governativa, manteve-se firme nos seus postos de trabalho e na linha da frente durante a pandemia e a passagem dos tufões, lutando em conjunto contra a pandemia e os desastres naturais, e o pessoal administrativo também saiu à rua para limpar o lixo, e os seus esforços e contributos merecem o nosso reconhecimento.

Para melhor responder às solicitações da sociedade, promover a recuperação saudável da economia e elevar o moral dos trabalhadores da Função Pública, apresento as seguintes duas sugestões:

1. Distribuição a cada residente qualificado de um cartão de consumo no valor de 10 000 patacas. Alguns sectores em Macau continuam a enfrentar dificuldades devido ao poder de compra insuficiente dos consumidores e a pressões económicas significativas, e muitas micro, pequenas e médias empresas e cidadãos afirmam que o ambiente económico é difícil e que a sua vida é cada vez mais pesada. A distribuição de cartões de consumo pode aliviar a pressão de vida dos residentes e também estimular, de forma mais eficaz, a procura interna, impulsionando o ciclo do consumo local e dinamizando rapidamente a economia. Os fundos relevantes poderão entrar rapidamente no mercado local, beneficiando os sectores relacionados com a vida da população, como o comércio a retalho, a restauração e os serviços, ajudando especialmente as referidas empresas a estabilizar as suas operações, garantindo o mercado de trabalho e concretizando a partilha social dos frutos económicos.

2. Actualização dos índices salariais dos funcionários. Desde 2020, o índice de vencimento dos funcionários públicos foi ajustado apenas uma vez (3 patacas), sendo o aumento acumulado muito limitado. Face à pressão proveniente da inflação, o poder de compra dos funcionários públicos diminuiu, pelo que se propõe a actualização salarial, em função da classe, de 94 para 98 patacas. Este ano, as empresas do sector do jogo já aumentaram os salários, mas, quanto aos salários dos funcionários, não se registaram os aumentos correspondentes, o que não favorece a manutenção da estabilidade da equipa de funcionários. Os funcionários públicos assumiram grandes responsabilidades no momento crucial do combate à epidemia e aos desastres, estando sempre na linha da frente, sendo uma importante garantia para a eficácia das acções governativas. Assim, um ajustamento adequado do seu índice de vencimento não só será uma retribuição razoável do seu esforço e dedicação, mas também contribuirá para restabelecer o poder de compra e reforçar o moral da equipa dos funcionários públicos.

Resumindo, a atribuição do cartão de consumo e a actualização do índice de vencimento dos funcionários públicos são sugestões dirigidas, respectivamente, para as microempresas, PME e população em geral, e para os elementos pilares da governação, assumindo-se como uma proposta que beneficia o bem-estar da população e incentiva os profissionais. As duas sugestões complementam-se e conseguem, por um lado, aliviar as dificuldades da população e estimular o moral e, por outro, injectar uma dinâmica persistente na prosperidade e estabilidade de Macau a longo prazo. Espera-se que o Governo, com uma visão prospectiva e a longo prazo, estude as referidas sugestões e as aceite, demonstrando a sua determinação de, em conjunto com a população, ultrapassar as dificuldades e compartilhar os resultados, criando assim uma Macau mais justa, estável e próspera. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Vice-Presidente Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção de hoje é “Tomar a iniciativa de se articular com o 15.º Plano Quinquenal do País e criar continuamente novas forças motrizes para o desenvolvimento de Macau”.

Há dias, a 4.ª sessão plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China foi encerrada com sucesso, o que marcou a conclusão do 14.º Plano Quinquenal e o arranque do 15.º Plano Quinquenal do País, que constitui, com base nos resultados alcançados com esforços no passado, um plano global e estratégico para o desenvolvimento do País nos próximos cinco anos, tratando-se de uma importante orientação e inspiração para Macau.

Na 4.^a sessão plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, foram aprovadas as “Propostas do Comité Central do Partido Comunista da China para a Formulação do 15.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social Nacional”, bem como altamente elogiados os grandes sucessos alcançados pelo desenvolvimento do País no período de implementação do 14.º Plano Quinquenal, tendo também sido apresentadas as principais metas para o desenvolvimento socioeconómico nos anos referentes ao 15.º Plano Quinquenal. Nesta sessão plenária, foi enfatizada a necessidade de união e luta pela realização do 15.º Plano Quinquenal, e de promoção da prosperidade e da estabilidade a longo prazo de Hong Kong e Macau, do desenvolvimento pacífico das relações entre os dois lados do estreito de Taiwan, da reunificação da Pátria e da construção de uma comunidade de destino comum da humanidade. A sessão plenária apontou ainda que estudar e implementar bem o espírito da sessão plenária é uma importante tarefa política para todo o Partido e todo o País, no presente e no futuro.

Devemos não só fazer uma retrospectiva dos resultados obtidos, mas também olhar para o futuro e definir planos para agarrar as oportunidades e enfrentar os desafios da nova era, para promover um sustentável desenvolvimento socioeconómico de Macau e impulsionar, de forma sólida, um desenvolvimento de alta qualidade, contribuindo ainda mais para atingir as metas de desenvolvimento do País.

Num capítulo próprio do 14.º Plano Quinquenal, o País apontou claramente que ia manter, a longo prazo, a prosperidade e a estabilidade de Hong Kong e Macau, e definiu um posicionamento claro para o desenvolvimento de Macau, concentrando os trabalhos na construção de “Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base” e na articulação com a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1 + 4”. Assim, o Governo da RAEM deve promover activamente o desenvolvimento das 4 grandes indústrias, nomeadamente, a Big health, as finanças modernas, as altas e novas tecnologias, o comércio de convenções e exposições, e a cultura e o desporto, para promover mais a diversificação adequada da economia, injectando mais vitalidade, para a estabilidade e prosperidade a longo prazo de Macau, e alcançando um bom início para a concretização da nova meta do segundo centenário.

No próximo mês, o Chefe do Executivo vai publicar o Relatório das LAG para o novo ano. Trata-se de um momento importante para o Governo da RAEM organizar os seus trabalhos, alvo de elevada atenção dos sectores da sociedade. Ao definir as estratégias para o futuro desenvolvimento, o Governo deve acompanhar, de perto, o Plano Quinquenal do País, integrando-se plenamente no enquadramento de desenvolvimento do País e implementando, firmemente, o conceito geral da segurança do Estado, para além de se conjugar com a situação real de Macau, a fim de definir políticas e medidas que correspondam melhor às necessidades locais. Mais, há que rever, com seriedade, as experiências acumuladas no passado, procedendo, sobretudo, a uma análise aprofundada em relação aos resultados

conseguidos durante o 14.º Plano Quinquenal, para servirem de referência mais global para o futuro planeamento. Há já quase 26 anos desde o Retorno à Pátria, testemunhamos a concretização bem-sucedida do “Um País, Dois Sistemas” em Macau. Devemos ainda tomar como orientação o 15.º Plano Quinquenal, concebendo estratégias mais prospectivas. Temos de, por um lado, fazer um balanço dos resultados conseguidos e, por outro, de aprender com as experiências daí obtidas, a fim de criar uma base sólida para um bom início do 15.º Plano Quinquenal.

Enquanto parte integrante do enquadramento de desenvolvimento do País, Macau tem de tomar a iniciativa de se articular com os capítulos referentes a Hong Kong e Macau que constam do 15.º Plano Quinquenal, para agarrar as relevantes oportunidades trazidas pelo desenvolvimento do País. Há que realizar as suas únicas vantagens no enquadramento do desenvolvimento nacional, procurando novas dinâmicas de desenvolvimento e dando um maior contributo para concretizar um desenvolvimento de alta qualidade do País, com vista a promover, através da modernização à maneira chinesa, a grande revitalização da nação chinesa. Durante este processo, todos os cidadãos de Macau devem estar confiantes e unidos para criar, em conjunto, um futuro ainda mais brilhante para Macau!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Wong Ka Lon.

Wong Ka Lon: Senhor Presidente, Caros Colegas: Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção de hoje é “Na terra de Hengqin, jovens de Macau escrevem as suas respostas à juventude”.

Enquanto novo deputado à Assembleia Legislativa e promotor dos setores da nova economia, hoje, vou apresentar as minhas observações e sugestões sobre “a integração dos jovens de Macau no desenvolvimento de Hengqin”, em conjugação com a missão de Macau de abertura ao exterior e as necessidades dos jovens. A Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin foi criada há quatro anos e é já a “primeira etapa” para os jovens de Macau se integrarem no desenvolvimento nacional. Macau serve de ponte para a abertura de alto nível da China ao exterior, portanto, para concretizar os seus sonhos, os jovens precisam das sinergias entre Hengqin e Macau e de aproveitar Hengqin como suporte para a expansão da cooperação com os países lusófonos e latinos e as regiões da Ásia, África e América Latina. Trata-se duma vantagem única de Macau e, também, duma via importante para os jovens participarem na abertura do País. Assim, devemos abordar as vantagens e os problemas existentes na integração dos jovens em Hengqin e na Grande Baía, para que, com a dedicação devida e a promoção ao nível legislativo, as políticas contribuam de forma precisa para o desenvolvimento dos jovens.

1. Ter por base Hengqin, a qual tem “oportunidades bidirecionais” para os jovens no sector industrial. O planeamento das indústrias em Hengqin apresenta coordenadas claras aos jovens, com oportunidades emergentes para os setores da nova economia e da medicina tradicional chinesa “se estabelecerem em Hengqin” e “se conectarem com o mundo”. Os setores da nova economia, os circuitos integrados e a inteligência artificial da Zona de Cooperação estão em estreita sintonia com a economia digital e o comércio transfronteiriço, com os quais os jovens de Macau estão familiarizados. Assim, podemos aproveitar o “Porto internacional do comércio digital” em Hengqin para promover e divulgar, de forma diversificada, o turismo cultural e os produtos com características de Macau; podemos ainda recorrer à ligação entre Macau, os países lusófonos, e os da Ásia, África e América Latina, para introduzir os produtos tecnológicos e inovadores de Hengqin e os serviços de Macau nos mercados, transformando a “Produção em Hengqin e Macau” num novo cartão-de-visita do comércio digital transfronteiriço. O Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau fornece um suporte à cadeia da indústria da medicina tradicional chinesa. Podemos aproveitar as vantagens de Macau na investigação e desenvolvimento para concretizar a transformação de resultados em Hengqin, e utilizar a Base Nacional de Exportação de Serviços de Medicina Tradicional Chinesa para promover a saída de marcas para o exterior, nomeadamente tendo em conta a grande procura de medicamentos tradicionais na Ásia, África e América Latina, os jovens podem, em conjunto com as empresas de Hengqin, estabelecer um centro de serviços locais e expandir o mercado através da transmissão de conhecimentos culturais e de saúde, a fim de reforçar a cooperação no dia-a-dia, através de “investigação e desenvolvimento em Macau + transformação em Hengqin + saída para todo o mundo”.

2. Definir políticas para responder às necessidades dos jovens de “saída para o exterior”. A integração dos jovens e a sua saída para o exterior exigem políticas precisas e eficazes, assim, sugiro que se preste mais atenção, ao nível legislativo, a três aspectos: 1) Reforçar a cooperação internacional: aprofundar a interação industrial entre Macau e Hengqin, construir em conjunto uma plataforma de incubação transfronteiriça para os novos sectores económicos, criar o “Programa Específico de Bolsa de Contactos para os Jovens de Hengqin e Macau para ligação com os Mercados Lusófonos, da Ásia, África e América Latina”; estabelecer um mecanismo de talentos globais na área da medicina tradicional chinesa, colaborar com o IPIM de Macau para articulação com os recursos das feiras e exposições, e melhorar a propriedade intelectual para a sua transformação internacional. 2) Reduzir o custo de negócios: ao nível da vida quotidiana, otimizar a passagem fronteiriça, alargar o pagamento em “duas moedas”, igualar a vida de Macau à do Novo Bairro de Macau em Hengqin; ao nível comercial, definir políticas para determinadas pessoas, ou seja, aumentar o reembolso do imposto de exportação e os subsídios de logística e de divulgação e promoção para as empresas dos jovens que fazem comércio externo com a Ásia, África e América Latina e dos Países de Língua Portuguesa. 3) Avançar com as regras e o reconhecimento mútuo de crédito: promover a articulação entre as leis e regras estatísticas de Hengqin e de

Macau, e fornecer um “Guia para a resolução de litígios comerciais internacionais” sobre os países da Ásia, África, América Latina e de língua portuguesa; alargar o âmbito de actividades dos profissionais de Hong Kong e Macau em Hengqin e promover o reconhecimento internacional da marca “Loja Certificada de Macau”.

3. Cumprir a promessa: assumir o papel legislativo para construir uma ponte de “fusão e abertura”. Na qualidade de novo deputado, vou: ser promotor da implementação das políticas: pôr em foco os pontos problemáticos do empreendedorismo juvenil e da sua “expansão para o exterior”, promovendo a melhoria das “Medidas para a promoção da inovação e empreendedorismo dos jovens”, e propor a criação de um “Fundo específico para o desenvolvimento internacional dos jovens de Hengqin e Macau”; ser a ligação entre recursos: construir uma ponte “jovem-governo-empresa” baseada nos recursos existentes, e realizar periodicamente intercâmbios com os Países de língua portuguesa e da Ásia, África e América Latina; ser praticante do desenvolvimento integrado: explorar a integração intersectorial da nova economia e da medicina tradicional chinesa, promover as características de Hengqin e Macau a nível internacional, através da difusão diversificada, com vista a contar bem as histórias destas e da China. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Hengqin é o “ponto de partida” para os jovens de Macau irem para o mundo internacional. No futuro, vou, através das minhas atribuições legislativas, continuar a dar atenção às solicitações dos jovens e promover a profunda integração Hengqin-Macau, e trabalhar com os jovens para escrever um novo capítulo para a diversificação das indústrias e para a juventude de Macau!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Vong Hou Piu.

Vong Hou Piu: Obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde.

O tema da minha intervenção de hoje é “Aproveitar os bons ventos do 15.º Plano Quinquenal nacional e potenciar as vantagens de Macau, para servir as necessidades do País e transformar Macau numa plataforma de abertura ao exterior de nível mais elevado”.

O tema da minha intervenção de hoje é “Aproveitar os bons ventos do 15.º Plano Quinquenal nacional e potenciar as vantagens de Macau, para servir as necessidades do País e transformar Macau numa plataforma de abertura ao exterior de nível mais elevado”.

Na quarta sessão plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, que acabou de encerrar, foi aprovado o 15.º Plano Quinquenal nacional e apontou-se que é preciso “expandir a abertura ao exterior de alto padrão e abrir novas perspectivas para a cooperação

de benefícios recíprocos”. Neste momento crucial de continuidade e novas iniciativas, Macau deve aproveitar estes bons ventos e ter como orientação “servir as necessidades do País e potenciar as vantagens próprias de Macau”, para se transformar numa plataforma de abertura ao exterior de nível mais elevado. Entre outros, é necessário reforçar e otimizar a “plataforma de serviços económicos e comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, para desempenhar o papel único de Macau na estratégia nacional do “Sul Global”.

Para o efeito, apresento as três sugestões seguintes:

Primeiro, transformar a plataforma entre a China e os PLP num centro estratégico de intercâmbio económico e comercial entre a China e os países de língua portuguesa e espanhola. Com a promoção de uma maior abertura do País ao exterior, a cooperação económica e comercial com os países de língua portuguesa e espanhola irá deparar-se com novas oportunidades, pelo que Macau deve empenhar-se na construção das “três plataformas”: Primeira, centro de liquidação em Renminbi, visando tornar-se na plataforma principal para as operações em Renminbi nos países de língua portuguesa e espanhola; Segunda, centro de comércio electrónico transfronteiriço, ajudando a abrir canais de comércio digital entre o Interior da China e os países de língua portuguesa e espanhola; Terceira, centro de serviços profissionais, prestando serviços profissionais one-stop, como, serviços jurídicos, de contabilidade e de consultadoria, às empresas do Interior da China que pretendam desenvolver-se nos referidos países.

Segundo, fazer de Macau um ponto de apoio importante para a estratégia do “Sul Global” do País. No contexto do reforço do “Sul Global” pelo País, Macau deve tomar a iniciativa de se articular com a construção da Grande Baía e aproveitar as vantagens do princípio “Um País, Dois Sistemas”, sobretudo quanto à articulação de regras e à inovação institucional. Macau pode ser uma “ponte institucional” entre o Interior da China e os países de língua portuguesa e espanhola e até os mercados da União Europeia, promovendo a articulação dos padrões nas áreas do comércio, investimento e circulação de dados.

Terceiro, há que reforçar a capacidade própria de Macau para se sustentar. Precisamos de: formar quadros qualificados bilingues, com proficiência em chinês e português, criando um grupo de talentos especializados e internacionalizados; melhorar o sistema de serviços jurídicos e de arbitragem, para estabelecer Macau como um centro de arbitragem comercial reconhecido internacionalmente; reforçar as funções de convenções, exposições e comércio, organizando exposições regulares e institucionalizadas de cooperação económica e comercial sino-portuguesa.

O 15.º Plano Quinquenal marcará uma fase crucial na transformação e modernização de Macau. Aproveitemos esta oportunidade histórica para integrar profundamente o

desenvolvimento da Plataforma Sino-Lusófona na Estratégia do “Sul Global” a implementar pela China, tornando Macau numa componente indispensável no plano geral de abertura do País. Esta abordagem não só deixa Macau contribuir para o desenvolvimento nacional, como também lhe abre caminho para uma nova fase de desenvolvimento da diversificação adequada da economia, e maior prosperidade e estabilidade. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Wong Chon Kit.

Wong Chon Kit: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas: Boa tarde a todos.

O tema da minha intervenção de hoje é “Defender, com firmeza, o princípio ‘Um país, dois sistemas’ e contribuir com a nossa força profissional para o desenvolvimento da saúde de Macau”.

Neste ano, comemoram-se os 76 anos da fundação da Pátria, a implementação do princípio “Um país, dois sistemas” está a caminhar para uma nova fase e a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau encontra-se num período crucial com grandes oportunidades. É com grande honra que assumo, na qualidade de deputado, a responsabilidade de promover o desenvolvimento do sector da saúde de Macau. Por ocasião da realização bem-sucedida da 4.^a Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China e da tomada de posse da nova Assembleia Legislativa, gostaria de agradecer os contributos dos nossos antecessores na construção de uma base sólida para o sistema de saúde de Macau, e, ainda, agradecer a missão sagrada que me foi conferida de apresentar opiniões e sugestões em representação do sector e de servir os residentes de Macau.

A nova jornada do “15.º Plano Quinquenal” inicia-se em breve, e vamos prosseguir com determinação e avançar com coragem para concretizar a meta do segundo centenário. Comprometo-me a seguir a essência das importantes diretrizes do Presidente Xi Jinping para o desenvolvimento de Macau, implementando plenamente os princípios “um país, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia e defendendo com firmeza a soberania, a segurança e os interesses do desenvolvimento do País. Apoio firmemente a governação do Governo da RAEM segundo a lei, colaborando plenamente com o sistema predominante do poder executivo, que tem como núcleo o Chefe do Executivo, alinhando-me estreitamente com as linhas de acção governativa da área da saúde, participando activamente nos trabalhos de produção das leis e dos diplomas legais da área da saúde e cumprindo as atribuições de fiscalização nos termos da lei, para promover, em conjunto, a implementação estável e duradoura do princípio “um país, dois sistemas” em Macau.

Nos próximos quatro anos, iremos dar especial atenção aos seguintes trabalhos:

Primeiro, aperfeiçoar e otimizar o sistema jurídico da saúde, para providenciar uma garantia legal clara e completa na prestação de cuidados de saúde e no desenvolvimento profissional;

Segundo, promover a racionalização da utilização dos recursos médicos dos sectores público e privado, otimizar a distribuição dos recursos e reforçar a capacidade dos serviços médicos comunitários, para construir uma rede de serviços médicos de alta eficiência;

Terceiro, reforçar a formação e o desenvolvimento dos profissionais de saúde e introduzir mecanismos de acreditação profissional e de formação contínua a nível internacional, para formar e reservar profissionais de saúde de alta qualidade;

Quarto, participar activamente na cooperação médica da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e promover a articulação entre as regras e os mecanismos de serviços médicos, intercâmbio de talentos e inovação científica entre Macau e Hengqin, para elevar o nível de cooperação regional na área da saúde;

Quinto, apoiar o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, em articulação com a estratégia da diversificação adequada da economia “1 + 4”, e promover a indústria de big health como novo ponto de crescimento económico, para criar mais oportunidades de desenvolvimento para os profissionais de saúde.

Com vista a concretizar o novo plano do 15.º Plano quinquenal, vou, com acções concretas, responder às solicitações do sector e dos cidadãos, empenhando-me na melhoria da qualidade global dos serviços de saúde, na garantia da saúde e do bem-estar da população, e, ainda na inovação do sector e na expansão de um maior espaço de desenvolvimento para os profissionais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Lao Chi Ngai.

Lao Chi Ngai: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Caros Colegas:

Gostaria de aproveitar a minha primeira intervenção antes da ordem do dia, que é também o último Deputado a intervir, nesta sessão legislativa, para expressar os meus agradecimentos a todos os cidadãos pela confiança e apoio que depositaram em mim e no Sr.

Deputado Lee Koi Ian, para que na Assembleia possamos servir toda a população. Comprometemo-nos a envidar esforços para cumprir as funções e responsabilidades, continuando a trabalhar, em conjunto com a sociedade, para construir uma Macau mais feliz.

A minha intervenção é sobre o actual desenvolvimento económico e as respectivas sugestões. A macroeconomia de Macau nos primeiros três trimestres de 2025, impulsionada pelo número de visitantes, o número de hóspedes em hotéis, a taxa de ocupação e as receitas brutas do jogo, entre outros indicadores, manteve um crescimento estável, mostrando certa resiliência. Segundo a actual situação, prevê-se um aumento anual do PIB de cerca de 4 a 5 por cento.

Mas, temos de reconhecer que o desenvolvimento macroeconómico está desequilibrado e é insuficiente, as situações de exploração dos diferentes sectores e zonas apresentam discrepâncias e o consumo nas zonas comunitárias é fraco. A economia de Macau encontra-se numa fase crucial de transformação e desenvolvimento. Assim, sugiro ao Governo que implemente quanto antes o conceito de governação que concilie um mercado eficaz com um Governo eficaz, e tenha como objectivos consolidar as bases, reforçar a resiliência e planear a longo prazo, bem como concretizar os seguintes quatro trabalhos:

O primeiro é “estabilizar a procura interna”, que é um suporte chave para consolidar as bases e reforçar a resiliência económica. Sugiro ao Governo que, quando a situação financeira o permitir, proceda a um estudo sobre uma nova ronda de cartões de consumo, para dinamizar e revitalizar as PME nas zonas comunitárias, e aliviar os encargos e a pressão da vida dos residentes.

Segundo, “promover a transformação”. Além da “transusão de sangue”, o mais importante é “fazer sangue”. Sugere-se que seja dado apoio às micro, pequenas e médias empresas na sua reconversão e valorização, na inovação e no desenvolvimento mais rápido dos “serviços de apoio à digitalização das pequenas e médias empresas” para uma maior generalização da aplicação e promoção das tecnologias digitais juntos dos comerciantes dos bairros comunitários.

O terceiro é “expandir as fontes de visitantes”. Esta é também uma das principais orientações da acção governativa. Este ano, entre Janeiro e Setembro, e nos meus documentos escritos referentes aos primeiros oito meses do ano, porque os dados de Setembro acabaram de ser divulgados, a estrutura dos visitantes manteve-se, de um modo geral, semelhante à dos primeiros oito meses. Em termos da estrutura dos visitantes, 72,7 por cento provêm do Interior da China, 18,5 por cento da Região Administrativa Especial de Hong Kong, e 6,4 por cento são visitantes internacionais. Esta estrutura de visitantes ainda apresenta uma diferença considerável em relação às exigências de posicionamento e desenvolvimento de um centro mundial de turismo e lazer. Por isso, sugiro que se acelere a implementação da estratégia de

“expansão para norte, aproximação a sul, avanço para oeste e extensão para leste”, proposta pelo Chefe do Executivo, e se explorem activamente os mercados de visitantes internacionais.

O quarto é “planear a longo prazo”. Como muitos colegas referiram há pouco, a 4.^a Sessão Plenária aprovou as propostas para o 15.º Plano Quinquenal. De acordo com o 15.º Plano Quinquenal, Macau deve articular-se, de forma mais activa, com o conteúdo que lhe é dirigido, identificando correctamente o seu posicionamento, desenvolvendo as suas vantagens singulares, integrando-se e servindo, de forma activa, as necessidades do desenvolvimento nacional. Macau deve, em especial, desempenhar bem o papel de plataforma de ligação com o exterior e de ponte para a abertura bilateral, aprofundando a articulação e as sinergias com o Interior da China, complementando as vantagens e integrando-se organicamente, promovendo a diversificação adequada da economia e concretizando um melhor desenvolvimento próprio.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Senhores Deputados:

Acabámos de concluir as intervenções de trinta e dois Deputados no período de antes da ordem do dia. Passamos agora ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, que é o projecto de simples deliberação do Plenário relativo à constituição da Comissão de Regimento e Mandatos. A Comissão Executiva já apresentou a todos os Senhores Deputados uma lista de propostas. Pergunto se os Senhores Deputados têm alguma opinião em contrário à referida lista? Se não houver opiniões em contrário, passamos à votação na generalidade do projecto de simples deliberação do Plenário relativo à constituição da Comissão de Regimento e Mandatos. Relembro que a votação é feita por maioria simples. Já todos tivemos oportunidade de experimentar o sistema; vamos ver se desta vez funciona bem, está bem?

Passamos agora à votação na generalidade do projecto de simples deliberação do Plenário. Submeta-se a votação.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Passamos agora à votação na especialidade do projecto de simples deliberação do Plenário.

Dado que esta proposta tem apenas um artigo, procedemos à votação desse único artigo. Submeta-se a votação.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Passamos agora ao segundo ponto da ordem do dia, que é o projecto de simples deliberação do Plenário relativo à criação, número, designação e composição das comissões permanentes. Os documentos já foram distribuídos a todos. Pergunto se os Senhores Deputados têm alguma opinião em contrário à lista proposta pela Comissão Executiva? Se não houver opiniões em contrário, peço aos Senhores Deputados que procedam à votação do projecto de simples deliberação do Plenário relativo à criação, número, designação e composição das comissões permanentes, sendo esta votação feita por maioria simples.

Passamos agora à votação na generalidade do projecto de simples deliberação do Plenário. Submeta-se a votação.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Passamos agora à votação na especialidade do projecto de simples deliberação do Plenário.

Dado que este projecto de deliberação tem quatro artigos, e se não houver opiniões em contrário, procedemos à votação conjunta dos quatro artigos de uma só vez. Alguém se opõe? Se não houver oposição, procedamos à votação. Submeta-se a votação.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Passamos agora ao terceiro ponto da ordem do dia. É o projecto de simples deliberação do Plenário relativo à criação, número, designação e composição das comissões de acompanhamento. Pergunto se alguém tem alguma opinião em contrário à lista proposta pela Comissão Executiva que foi anteriormente distribuída? Se não houver opiniões em contrário, peço aos Senhores Deputados que procedam à votação do projecto de simples deliberação do Plenário relativo à criação, número, designação e composição das comissões de acompanhamento.

Passamos agora à votação na generalidade do projecto de simples deliberação do Plenário. Submeta-se a votação.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Passamos agora à votação na especialidade do projecto de simples deliberação do Plenário.

Dado que este projecto de deliberação tem quatro artigos, e se não houver opiniões em contrário, procedemos à votação conjunta dos quatro artigos de uma só vez. Alguém se opõe? Se não houver oposição, submeta-se a votação.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Passamos agora ao quarto ponto da ordem do dia, que é a eleição dos membros da Comissão Executiva.

Nos termos do artigo 11.º da Lei Orgânica da Assembleia Legislativa, a Comissão Executiva é composta por um Deputado, eleito pelo Plenário para exercer as funções de Presidente, e pelos restantes membros, que são o Secretário-Geral da Assembleia Legislativa e um trabalhador dos serviços de apoio. A Comissão Executiva é responsável, nomeadamente, pela elaboração do projecto de orçamento da Assembleia Legislativa, pelas contas e pela execução da gestão financeira, razão pela qual se torna necessário que os Senhores Deputados elejam hoje o Presidente da Comissão Executiva.

Solicito agora aos trabalhadores dos serviços de apoio que preparem a urna e distribuam os boletins de voto.

(Distribuição dos boletins de voto pelos trabalhadores dos serviços de apoio)

Presidente: Todos os Senhores Deputados deverão ter recebido os boletins de voto. Peço que, no boletim de voto, assinalem com uma cruz o espaço correspondente ao nome do Deputado que pretendem eleger. Feita a escolha, convido o Primeiro-Secretário e a Segunda-Secretária a procederem à fiscalização da votação, e eu próprio votarei juntamente com eles.

(Preencimento dos boletins de voto pelos Deputados)

Presidente: Peço agora aos Senhores Deputados que procedam à votação pela ordem estabelecida, seguindo a mesma ordem da vez anterior, começando pelo Senhor Deputado Chao.

(Votação)

Presidente: Peço agora aos dois escrutinadores que procedam à contagem dos boletins de voto.

(Contagem dos boletins de voto pelos dois escrutinadores)

Si Ka Lon: Senhor Presidente, foram recebidos um total de trinta e três boletins de voto.

Presidente: O número de boletins está conforme. Peço aos escrutinadores que procedam à leitura dos votos.

Lei Cheng I: Senhor Presidente:

Vamos proceder à leitura dos votos.

Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Lei Cheng I: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Leong On Kei.

Si Ka Lon: Voto em branco.

Senhor Presidente, concluída a leitura dos votos.

Presidente: Senhores Deputados, o resultado da votação é o seguinte: a Senhora Deputada Leong On Kei obteve 32 votos e registou-se um voto em branco. De acordo com este resultado, a Senhora Deputada Leong On Kei é eleita Presidente da Comissão Executiva.

Pergunto à Senhora Deputada Leong On Kei se aceita o cargo de Presidente da Comissão Executiva.

Leong On Kei: Muito obrigada, Senhor Presidente. Aceito, com todo o gosto, esta responsabilidade e este cargo.

Presidente: Apresentamos as nossas felicitações à Senhora Deputada Leong On Kei.

(Aplausos)

Presidente: Senhores Deputados:

Uma vez concluídos os quatro pontos da ordem do dia, gostaria de informar que, após o encerramento desta sessão, os Senhores Deputados deverão deslocar-se ao 2.º andar, para as respectivas salas de reunião, a fim de procederem à eleição dos Presidentes e Secretários das comissões, de acordo com a distribuição que foi feita.

Relembro: os membros da 1.ª Comissão Permanente e da Comissão de Acompanhamento dos Assuntos de Solos e de Concessões Públicas devem dirigir-se à Sala de Reuniões n.º 1; os membros da 2.ª Comissão Permanente e da Comissão de Acompanhamento dos Assuntos de Finanças Públicas devem dirigir-se à Sala de Reuniões n.º 2; os membros da 3.ª Comissão Permanente e da Comissão de Acompanhamento dos Assuntos de Administração Pública devem dirigir-se à Sala de Reuniões n.º 3.

Mais uma nota: após a eleição dos Presidentes e Secretários das seis comissões, os membros da Comissão de Regimento e Mandatos, que foram agora eleitos e anunciados, deverão deslocar-se à Sala de Reuniões n.º 4, para procederem à eleição do Presidente e do Secretário da Comissão de Regimento e Mandatos. Está bem?

Está encerrada a sessão de hoje.

Muito obrigado a todos.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Divisão de Redacção e Publicações